

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



1995 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

131

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

131

1995 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

**Pede-se permuta
Pidese canje
On demande exchange
We ask for exchange
Si richiede lo scambio
Wir bitten um austausch**

**Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul
Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal, 359
90010-271 – Porto Alegre – RS
Brasil**

Selo
Stamp

Ao

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- IHGRGS -

Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal, 359
90010-271 - PORTO ALEGRE - RS
BRASIL

Remetente
Sender

.....
nome name

.....
endereço address

.....
cidade e Estado city and State

.....
País Country

Senhores:

Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte de sua Revista.

Please complete requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS.

1. Recebemos e agradecemos – Revista do IHGRGS – Nº 131-1995
We have received:
2. Faltam-nos:
We are in want of:
3. Enviamos em permuta:
We send you in exchange:

Local e data:
City and date:

Assinatura:
Signature:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4.373, de 24/11/1921, Decreto Estadual nº 16.565, de 15/4/1964 e Decreto Municipal nº 2.464, de 10/12/1962).

Sede Social – Rua Riachuelo, 1317 – Caixa Postal 359
Telefone – 224-3760
90010-271 – Porto Alegre – RS – Brasil.

Diretoria (Biênio 1994 – 1996)

Presidente – Luís Alberto Cibils

1º Vice-Presidente – Francisco Riopardense de Macedo

2º Vice-Presidente – Earle Diniz Macarthy Moreira

Secretário-Geral – Corálio Bragança Pardo Cabeda

Secretário – Braz Augusto Aquino Brancato

Tesoureiro-Geral – Lothar Francisco Hessel

Tesoureiro – Paulo Xavier

Orador – Fernando A. Miranda O'Donnell

Responsável pela Biblioteca – Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal

Carlos de Souza Moraes

Hélio Moro Mariante

Laudelino Teixeira de Medeiros

Comissão da Revista

Corálio Bragança Pardo Cabeda

Earle Diniz Macarthy Moreira

Sérgio da Costa Franco

MEMBROS EFETIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RGS

Arno Alvarez Kern
Arthur Rabuske
Braz Augusto Aquino Brancato
Carlos de Souza Moraes
Carlos Reverbel
Corálio Bragança Pardo Cabeda
Dante de Laytano
Earle Diniz Macarthy Moreira
Fernando O. Miranda O'Donnell
Francisco Riopardense de Macedo
Gervásio Rodrigo Neves
Hélio Moro Mariante
Laudelino Teixeira de Medeiros
Lothar Francisco Hessel
Luís Alberto Cibils
Luiz Carlos Barbosa Lessa
Moacyr Domingues
Moacyr Flores
Mozart Pereira Soares
Paulo J. P. Xavier
Raphael Copstein
Ruben Neis
Ruy Ruben Ruschel
Sérgio da Costa Franco

SUMÁRIO

Primeira Parte	9
Charqueada – primeira indústria do sul da América	
Paulo Xavier	11
D. Diogo de Souza & a Fundação de Torres	
Ruy Ruben Ruschel	17
A Sede do Instituto Histórico: Origem da Propriedade	
Luís Alberto Cibils	25
A evolução da imprensa gaúcha e o CORREIO DO POVO	
Sérgio da Costa Franco	33
A Primeira Associação Rio-Grandense de Imprensa	
Raphael Copstein	41
Oswaldo Aranha e o Combate do Seival	
Corálio B. P. Cabeda	55
Uma Revista Estudantil	
Laudelino T. Medeiros	65
Calendário de Festas e Datas Tradicionais: usos e costumes no RGS	
Hélio Moro Mariante	71
As Duas Pátrias de Rafael Pinto Bandeira	
Walter Fernando Piazza	89
Um Voluntário da Pátria	
Lothar Hessel	99
Os 75 Anos do IHGRGS	
Fernando O.M. O'Donnell	101
Segunda Parte – Documentação	109
Fundo Visconde de São Leopoldo	
• Rafael Pinto Bandeira	111
• Feitoria do Linho Cânhamo (Memória do Inspetor José Tomás de Lima)	113

• Torres (Memória de Francisco de Paula Soares de Gusmão)	123
• Índice dos Assuntos e	135
• descrição das peças documentais do Fundo Visconde de São ... Leopoldo	143

Fundo Marechal Câmara

• Cartas de Maria José Menezes à Viscondessa de São Leopoldo (Guerra do Paraguai)	157
---	-----

Fundo Borges de Medeiros

• Porto do Rio Grande	169
-----------------------------	-----

PRIMEIRA PARTE

CHARQUEADA – PRIMEIRA INDÚSTRIA DO SUL DA AMÉRICA

Paulo Xavier

Os pioneiros povoadores da Colônia do Sacramento encontraram rebanhos de bovinos naquelas nuas coxilhas e verdes planuras à margem do rio da Prata.

Sua utilização ampliou-se a partir do emprego de processo de conservação da carne denominado CHARQUI já empregado pelos incas, antes da chegada dos europeus.

Mas, até a incorporação de técnicas mais desenvolvidas por irlandeses, passaram-se duzentos anos.

É verdade que no início dos seicentos, tanto os “portenhos” de Buenos Aires como os “colunistas” lusos tentaram exportar carnes para a Europa. Devemos, porém, reconhecer que foram casos isolados ou de exceção. Mais tarde, em sucessivas superações de técnica, chegou-se a processo capaz de ampliar-se o tempo de utilização da carne sem prejuízo de uma boa qualidade.

Mas, antes disso, o preparo do charque sofreu ordenamento fabril, incorporando alguns aperfeiçoamentos do que resultou a CHARQUEADA – um primeiro estabelecimento industrial do Sul da América.

Convém, por isso, reunir depoimentos sobre o trabalho das charqueadas recolhidos entre estudiosos nas duas áreas: portenhos e colonistas, paralelamente, para revelação e análise das etapas de seu processamento.

Estudiosos argentinos tomam como primeira charqueada montada, no Prata, para exportação de carne, a organizada por Francisco Medina, nascido na Vila de Sebico dela Torre, Castela Velha, bispado de Palência.

Estabeleceu-a na região do Colla, próximo à Colônia do Sacramento, em 1787, às margens do Rio da Prata, entre os arroios do Rosário e do Sucre. Tinha, além da casa de residência do proprietário, ranchos, galpões, currais e casa de salga e vários armazéns

para depósito de sal e carnes. Tanto a casa de Medina como as muitas construções existentes, por ocasião de inventário (1788), eram de pau-a-pique, paredes de barro e cobertura de palha (quincha). Porém, as duas destinadas aos trabalhos de salga se diz que eram ladrilhadas e cobertas de telhas. Uma delas tinha oito mesas de pedra e dez tinhas para salmoura; na outra se preparavam as barricas. O inventário acusa a presença de 16 escravos negros (12 homens de 30-40 anos); 2 mulheres (de 42 anos) e 2 menores sendo um mulato. A estância possuía 5.000 reses, 2.000 cavalos mansos e 100 bois. Preparavam, além do charque, carne salgada, couros, graxa, sebo, língua e queijos.

Segundo Francisco Millau, o charque se fazia da seguinte maneira:

“... Cortada a carne em mantas largas e delgadas se depositavam sobre couros, cobrindo-as com uma leve camada de sal; repetia-se a operação com novos pedaços de carne, colocando-se os couros um sobre o outro, em forma de pilha. Depois de algumas horas e, havendo as carnes perdido parte do líquido, colocavam-nas ao sol durante vários dias, tendo a preocupação de recolhê-las à noite. Colocavam-nas em pilhas, novamente, comprimindo-se com algum objeto pesado para espremer, convenientemente. Por último, as mantas se expunham, outra vez, ao ar e ao sol.”

A nossa mais célebre (não a primeira) charqueada, em escala industrial, estava situada à margem do arroio Pelotas, era de propriedade de José Pinto Martins, português, natural da freguesia de Meixomel, bispado do Porto (desmentindo a todos que o apontaram como cearense, natural de Aracati!). Já tivemos oportunidade de analisar documentação existente à disposição, capaz de excluir essa possibilidade, em “Um cearense iniciador de nossas charqueadas?” (in Caderno de Sábado do CORREIO DO POVO, ed. de 11-XII-1971, p.6)

Possuía, segundo descrição constante em seu inventário (1827), “casa de moradia de tijolos e coberta de telhas; armazém para guarda de charque; casa graxeira e atafona com forno para ‘secar sal’ e senzala. Além das banfeitorias próprias da fazenda, possuía ainda varais para 600 reses e 20 escravos, distribuídas suas atividades em campeiros, carneadores, salgadores, sebeiros, graxeiros e mais de 14 com ofícios fora da área da charqueada (como alfaiate, sapateiros, tafoneiros e hortelões). Totalizam, assim, 34 escravos.

Neste mesmo lugar Saint’Hilaire, em 1821, hospedando-se na charqueada de Antônio José Gonçalves Chaves(*) registra em sua “Viagem ao Rio Grande do Sul” como se preparava o charque:

(*) Nota de pé de página. A.J. Gonçalves Chaves era membro do conselho da Província e Vereador; negociante matriculado e sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Na sua “fábrica de salgação de carnes em barricas e línguas” (em 1830) possuía 46 escravos, sendo 5 crioulos; 37 importados da Costa de Guiné; e 14 mulheres. Neste número estavam incluídos os escravos que prestavam serviços domésticos e diferentes ofícios, excluídos, assim, dos empregados na “fábrica”.

“Quando o animal é abatido, retalham-no, salgam os pedaços e colocam no **tanque**, onde se impregnam de salmoura. Ao fim de 24 horas vão para os **secadores**, onde ficam durante 8 dias quando há bom tempo” (Os **secadores** eram os **varais**).

Diante da residência do Sr. Chaves, estende-se belo gramado e além, vêem-se **varais**, fileiras compridas de grossos paus fincados na terra. Têm cerca de 4 pés (1,30m), sendo cada um terminado em forquilha. Estas forquilhas recebem varões transversais destinados a estender a carne a secar no tempo das charqueadas (matança);

Informa, ainda, Saint’Hilaire:

“... a carne seca não se conserva mais de um ano. É exportada para o Rio de Janeiro, Bahia e Havana, onde serve de alimento para os negros.”

A época do abate é indicada como de novembro a abril ou maio, pela maior, insolação e bom estado de engorde do gado.

Encontramos uma descrição do abate, na área da Argentina, num depoimento, de 1850, feito por Xavier Marmier (citado por Júlio Carlos Nicolau):

“Um homem, de pé, sobre uma plataforma, atira o laço sobre um dos animais. O laço corre sobre a roldana e já unida a outra corda a que estão atados a dois cavalos montados. A um grito do laçador os cavaleiros que se aproximam esporeiam seus cavalos, estirando o laço e obrigando, assim, o novilho, que resiste a chegar e encostar num poste, onde o degolador introduz a faca entre as aspas (sic). O animal morre com a primeira facada e, então, a plataforma de madeira em que caiu se afasta, rodando sobre trilhos até outra espécie de estrado, onde outro peão com seu laço faz cair a rês, sacrificada. Neste último lugar, dois homens – braços e pernas nuas – de faca em punho tiram o couro em poucos momentos. A zorra volta a seu lugar para receber uma nova vítima e a matança continua com espantosa rapidez”

Na área brasileira, onze anos antes, esta operação é detalhada por Nicolau Dreys (1839), nos seguintes termos:

“O gado, fechado no curral, é impelido na direção de dois corredores separados um do outro por uma espécie de esplanada, a sete ou oito palmos do solo; um peão, de pé em cima dela, lança, no boi que aparece nesses corredores um laço, cuja extremidade está atada fora do recinto, num cabrestante posto em movimento por uma roda de ferralho (trinquete) manejada por dois negros; quando o boi, puxado pelo laço, chega a encostar-se com a cerca contra a qual a cabeça se acha comprimida, uma pessoa (ordinariamente um capataz) que o espera, exteriormente, introduz-lhe a ponta da faca nas primeiras clavícolas cerebrais

(sic), donde resulta ficar o boi, instantaneamente, privado de movimentos; neste estado um guindaste, rodando sobre seu eixo, eleva o animal asfixiado para fora do curral, por cima do cercado e o transporta para debaixo de um telheiro sobre um lajeado disposto em segmento de esfera, onde se sangra sem que, graças à disposição bem entendida do lugar, a operação deixe depois quase vestígio nenhum.”

Como se vê, são quase as mesmas palavras usadas pelo observador Marmier para descrever os trabalhos de abate na Argentina.

Notamos que nenhum dos dois escritores soube definir, anatomicamente, o lugar do ferimento causador da morte da rês no matadouro. Marmier indica, vagamente, “... entre as aspas” e Dreys refere ser “... nas primeiras clavícolas cerebrais...”

Na verdade, a operação de “desnucar” é bem conhecida em nossa campanha. Caracteriza a ruptura de feixe nervoso da medula (bulbo) impedindo a transmissão de qualquer comando muscular do animal.

Aliás, Dreys percebeu que o boi fica, “instantaneamente, privado de movimentos...” a, ainda, “... o animal asfixiado”.

O mesmo Dreys nos deixou também sua descrição do trabalho de preparação do charque:

“Retalhando o boi, levam-se as mantas para o salgueiro... Depois de salgada a carne, empilha-se ali mesmo para se lhe extrair a umidade a qual corre com o sal derretido e supérfluo, num reservatório inferior, onde se lançam, subseqüentemente, as costelas, as línguas e outras partes que se quer conservar na salmoura. Esgotada que seja, a carne é levada do salgueiro para os varais que dominavam uma grande extensão de terreno plantado de espeques, arruados de 4 a 5 palmos de altura, atravessados por varas compridas em que se sustentam as mantas para secarem pela ação do sol e dos ventos.”

Reunimos, assim, alguns depoimentos deixados por observadores dos trabalhos nas charqueadas, para os estudiosos interessados em analisar o importante capítulo da história da técnica na área da campanha, que ainda continua muito ausente de nossa historiografia.

Bibliografia

1. Dreys, Nicolau – “Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”, ed. IEL. Porto Alegre, 1961.
2. Marmier, Xavier – “Buenos Ayres y Montevideo, em 1850”.
(Tradução, Prólogo y Notas de José Luiz Busaniche, B. Ayres, 1948).
3. Millau, Francisco – “Descricion de la Província de la Plata. 1772”.
(Publicado em Buenos Ayres, 1947).

4. Montoya, Alfredo J. – “História de los Saladeros Argentinos”, 1956.
5. Nicolau, Júlio Carlos – “Indústria Argentina y Aduana”, 1975.
6. Saint’Hilaire. Auguste de – “Viagem ao Rio Grande do Sul. 1820-1821”, ed. Brasileira, vol. 167. 1939.
7. Xavier, Paulo – “Um cearense iniciador de nossas charqueadas?” in Caderno de Sábado do CORREIO DO POVO, ed. de 11-XII-1971, p. 6.

D. DIOGO DE SOUZA & A FUNDAÇÃO DE TORRES

Ruy Ruben Ruschel

1. INTRODUÇÃO

Coube ao historiador **Dante de Laytano** inaugurar, há mais de 60 anos, as pesquisas acerca do município de Torres. O então jovem juiz distrital da vila demonstrou sua intensa e séria curiosidade científica. Apurou os informes geográficos e administrativos disponíveis e os reuniu na forma de tese, oferecida ao Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, em outubro de 1935⁽¹⁾. Entitulou-a “Introdução ao Estudo do Presídio das Torres e sua Evolução Histórica” e mereceu fosse aprovada com louvor.

Os dados históricos eram escassos na tese, não obstante a segunda parte de seu título. O pesquisador soube remediar tal deficiência em trabalhos posteriores, nos quais ofereceu superabundância de detalhes a respeito do passado torrense. No “Correio do Povo” publicou “História de Terra e Mar – Torres”. Mais tarde saiu “Torres Perante a História ou a Importância de seu Mar Bonito”, na revista de turismo “A Gaivota”, nº 29, de dezembro de 1962⁽²⁾. A Câmara Municipal de Torres transcreveu seus trabalhos em ata e a Prefeitura lançou uma edição própria⁽³⁾. Desta maneira, os estudos do Dr. Dante tomaram a conotação de história oficial de Torres.

Dentre os pontos de vista apresentados por esse consagrado e emérito autor destacou-se a afirmativa de que o fundador de Torres teria sido D. Diogo de Souza, que em 1809, como Governador, teria colocado naquele lugar uma guarnição maior, da qual surgiu a atual cidade. A idéia veio a ser explicitada em momento solene, na comemoração do centenário do município, em 1978, pelo próprio Dr. Dante, em curso de extensão da UFRGS que lá proferiu. Na oportunidade, porém, não houve demonstração científica do afirmado.

Ainda agora, no corrente ano de 1996, ao ser lançado pela Sociedade dos Amigos da Praia de Torres um livro de memórias da instituição, constou em depoi-

mento seu: “... Torres, a cidade que o Vice-Rei da Índia D. Diogo de Souza, então primeiro governador-geral do Rio Grande do Sul, fundou.”⁽⁴⁾

A constância desse ponto de vista, combinada com o prestígio e a autoridade de seu autor, tem servido de base para sua divulgação como se verdade histórica incontestada fosse, — inclusive nos documentos emanados das autoridades oficiais. E, contudo, não possui o sólido fundamento documental e lógico desejável.

O objetivo do presente trabalho é a comprovação:

1º) de que o governador D. Diogo de Souza não foi quem criou, nem ampliou, a guarnição militar de Torres;

2º) de que o povoado de Torres ainda não tivera início quando D. Diogo se afastou da governadoria; e

3º) de que os verdadeiros fundadores da localidade foram outros, decorridos vários anos após sua saída.

2. A GUARNIÇÃO MILITAR

D. Diogo de Souza foi nomeado Governador do Rio Grande do Sul por decreto-real de 25.02.1807⁽⁵⁾, nomeação renovada em 19 de setembro do mesmo ano, na carta régia que reclassificou a Capitania como Geral⁽⁶⁾. Porém, por força dos azares resultantes da invasão francesa de Portugal, somente assumiu suas funções passados mais de dois anos, em 09.10.1809⁽⁷⁾. No intervalo, a Coroa emitiu instruções ao novo Governador sobre como organizar os corpos milicianos existentes, sobre as medidas de defesa a serem adotadas e sobre outras providências administrativas⁽⁸⁾. Neste conjunto de determinações reais, embora com minúcias, não constaram referências diretas ou indiretas a algum reforço na divisa com Santa Catarina, mesmo porque o governo da Ilha ficaria subordinado à Capitania de São Pedro.

Como base de seu ponto de vista, Dante de Laytano escreveu em “A Gaivota”: “D. Diogo de Souza, governador da Capitania, reorganiza em 1809, o sistema militar defensivo do Rio Grande e coloca uma guarnição maior em Torres”.

De fato, assim se poderia pensar diante de uma das primeiras medidas que assumiu, a que se refere o historiador Wiederspahn: “Logo após tomar posse em 9 de outubro de 1809 em Porto Alegre, tratou D. Diogo de Souza de cobrir as fronteiras do Rio Grande do Sul com destacamentos avançados em ... Torres ..., a cargo do Corpo de Cavalaria Ligeira do Marechal de Campo Manoel Marques de Souza.”⁽⁹⁾

Na verdade, em relação a Torres nada foi inovado, visto que já em 06.02.1803 ali servia uma guarnição comandada pelo Sargento Manoel Ferreira Porto, pertencente ao dito Comando-Geral de Manoel Marques de Souza⁽¹⁰⁾. Em 1809 essa guarnição estava composta de apenas o Sargento Comandante e três soldados⁽¹¹⁾, e no ano seguinte continuava sob o comando do mesmo Sargento⁽¹²⁾, cuja reforma por tempo de serviço e doença foi proposta pelo Marechal de Campo Manoel Marques de Souza em 1812⁽¹³⁾.

Não há provas de que a guarnição torrense tenha recebido reforços em 1809 ou nos anos imediatos.

3. O POVOADO

D. Diogo de Souza deixou o Governo da Capitania em 13.11.1814 e durante todo seu mandato a área onde haveria de nascer a atual cidade de Torres permaneceu despovoada. Nela vivia tão-somente o mencionado Sargento Manoel Ferreira Porto e sua família. O conjunto que no futuro constituiria o município tinha população essencialmente rural, ocupando casas isoladas e distantes entre si.

Até mesmo um dos soldados, cujo nome era Alexandre da Silveira, morava a 10 km de seu Comandante, na Itapeva. Não se sabe onde residiam os outros dois, mas como fossem milicianos, e não soldados de linha, podiam morar na área rural. Ao que tudo indica, era na Itapeva, lugar do cemitério regional, e não no sítio das Torres, onde se concentravam mais habitantes.

Por coincidência, em 1815-1816, três testemunhos confirmaram a quase inexistência de moradores no sítio destinado a abrigar a zona urbana. Foram o Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho e os Coronéis Claudino Pimentel e Francisco de Paula d'Azeredo.

D. José Caetano, Bispo do Rio de Janeiro em visita pastoral ao Sul, pernitoitou em Torres em outubro de 1815 (na ida) e em janeiro de 1816 (na volta). Em seu diário de viagem⁽¹⁴⁾ registra a existência de uma única moradia, a do Alferes [Obs.: tinha sido promovido ao reformar-se] Manoel Ferreira Porto. Nessa casa pousou e atendeu à população rural que afluiu ao sítio, fazendo crismas e casamentos. Faz também referência incidental a um certo Domingos Antônio – possivelmente Domingos Antônio da Costa Guimarães – como o responsável pelo registro e cobrança dos tributos de trânsito e diz ser “o cabeça dos devotos da Capela das Torres”. Fica a impressão de que também este poderia estar residindo no mesmo sítio, fato de certo modo corroborado numa escritura particular de terras, datada do “Registro das Torres, 20 de agosto de 1815” em que o dito personagem assina como testemunha⁽¹⁵⁾.

O segundo depoimento foi do Tenente-Coronel Claudino Pimentel, comandante de uma coluna militar – o Corpo de Vanguarda dos Voluntários do Rei – que se deslocava para lutar na Banda Oriental e que acampou em Torres durante quatro dias, em julho de 1816. Em seu diário pessoal, mais tarde editado por um sobrinho, assim consignou: “No dia 19, adiante cinco léguas, houve sofrível acampamento em Torres, estância com duas casas.”⁽¹⁶⁾

O último testemunho datou do mês subsequente, agosto de 1816, quando outro contingente militar dos Voluntários do Rei, em viagem para o Sul, pernitoitou dois dias em Torres. Seu comandante, o Cel. Francisco de Paula d'Azeredo, Conde de Samodões, escreveu em seu livro biográfico: “No dia seguinte lhes apareceu

pela frente o profundo Rio Mampituba, que passaram numa jangada que ali mesmo se construiu, e avançando mais duas léguas, foram pernoitar no sítio de Torres... Neste sítio havia apenas duas casas com seus moradores.”⁽¹⁷⁾

Como se vê, os dois testemunhos históricos mais recentes, dos militares, reportam a existência de apenas duas casas, o que se pode também deduzir do depoimento do religioso. A conclusão é evidente: até quase dois anos depois da saída de D. Diogo de Souza, nenhum sinal de futura povoação havia no sítio das Torres. Rotulá-lo como “o fundador de Torres” não encontra respaldo documental.

4. O FUNDADOR EXTERNO

Dois fatores humanos importantes contribuíram para o aparecimento, no sítio das Torres, de um núcleo concentrado de habitantes, futura cidade. Estes, sim, podem ser tidos como os verdadeiros fundadores do povoado. Um exógeno, trazendo o necessário impulso de fora, e o outro endógeno, tomando as providências locais para criar a povoação.

O fundador exógeno de Torres foi o Bispo do Rio de Janeiro, com jurisdição sobre o Rio Grande do Sul, **D. José Caetano da Silva Coutinho**. A semente foi lançada no dia 4 de outubro de 1815, quando transitava em direção ao Sul. Ele mesmo narrou o fato em seu diário: “Crismeí e fui receber uns noivos nas Torres em casa mesmo do Alferes Comandante, a cuja família fiquei muito afeiçoado; e lhes concedi faculdade para edificação da Capela, pelos mesmos termos que tinha concedido para as Capelas da Laguna; e ainda esta me pareceu com mais razão de ser desmembrada da Freguesia de Conceição do Arroio, donde dista 16 léguas, mas por ora ainda não tem 400 almas até a Estância do Meio...”⁽¹⁸⁾

A criação de uma Capela importava, naquela época, na formação natural e conseqüente de um núcleo de povoamento. Em torno dela, como era hábito, os moradores rurais construiriam casas para ocupar nos domingos de missa ou dias de festa. Isso atrairia comerciantes e, aos poucos, a população cresceria e se tornaria permanente. Ademais, depois de dotada de cura (Capela Curada), a localidade passaria a exercer funções semelhantes as de uma sede de distrito.

Tudo isso estava presente no espírito do bispo. Ao autorizar uma Capela, criava as suficientes condições para se estruturar uma célula de população concentrada, segundo o que sóia acontecer não apenas no Brasil de então, mas sobretudo em Portugal, sua terra de origem.

Ao retornar do Sul, D. José Caetano hospedou-se novamente na casa do Alf. Manoel Ferreira Porto de onde, em 05.01.1816, oficiou ao Governador da Capitania reiterando o interesse público “da Igreja e do Estado; tanto este como aquela tirarão grande vantagem do estabelecimento de uma Capela Curada neste sítio das Torres.”⁽¹⁹⁾ No mesmo ofício informava haver encarregado o Alferes de arrecadar esmolas para a obra.

O curioso é que o viajante registrou em seu diário uma divergência que estava surgindo entre os que moravam em Torres e os da Itapeva, a propósito de onde a Capela deveria ser erigida. E ele acrescenta: "Veremos o que farão."⁽²⁰⁾

O fundador exógeno de Torres é pouco conhecido pelos brasileiros, que normalmente não manifestam interesse pelas coisas da história deste País. Por isso, convém recordar que D. José Caetano foi figura exponencial da nação que se formava. Foi ele quem benzeu a primeira bandeira e coroou o primeiro Imperador. Exerceu, depois, a presidência da Assembléia Constituinte (aquela que foi dissolvida por D. Pedro I), da Câmara dos Deputados e do Senado. Formado em Coimbra e autor de obras religiosas, filosóficas e científicas, faleceu em 1833.

5. O FUNDADOR LOCAL

A personalidade local que mais promoveu o nascimento de Torres foi o **Alfere Manoel Ferreira Porto**. Como porta-voz dos moradores rurais, foi quem obteve a autorização para edificar uma Capela e arrecadou dinheiro para tal fim.

Contudo, seu papel mais decisivo consistiu na transferência da propriedade do terreno da nova instituição, não apenas o chão sobre o qual se edificou a Capela (a mesma atual Matriz de São Domingos), mas todo o grande entorno que de futuro se transformaria na área urbana. Dessa maneira, dotou essa instituição eclesiástico-estatal da possibilidade de cobrar foro enfitêutico dos ocupantes de lotes de terrenos.

A história dessa doação ou transferência precisa ser narrada.

Em 20 de novembro de 1815, o Governador da Capitania, Marechal Luís Teles da Silva Caminha e Menezes, Marquês de Alegrete, concedeu a Manoel Ferreira Porto meia-légua em quadro de "terras de fachinais e matos sitas em Santo Antônio da Patrulha, entre as Torres e o Rio Forquilha, em cima da Serra Geral, fazendo fundos às terras já habitadas, com frente ao mar."⁽²¹⁾ A descrição constante do título apresenta-se defeituosa, redigida por quem desconhecia o terreno. Sobretudo a explicação "em cima da Serra Geral" não faz qualquer sentido. Mas o resto é compreensível. De fato, a localização era no município de Santo Antônio da Patrulha, recém-instalado em 1811, cuja extrema setentrional se estendia até o Rio Mampituba. O "Rio Forquilha" era o próprio Mampituba, pela importância que naquele tempo possuía o "porto da Forquilha", nele situado⁽²²⁾. A identificação desse imóvel fica melhor entendida ao ser confrontada com os episódios que se seguiram.

Essa concessão, como de resto era habitual, restringia-se pela cláusula seguinte: "... sendo preciso fundar-se vila, povoação ou freguesia ... (o donatário) largará meia légua do terreno em quadro para fruição pública." O extravagante dessa cláusula consistiu em que, ao reservar meia légua em quadro, abrangeu o terreno inteiro...

Essa circunstância deve ser combinada com o fato de a concessão ter sido elaborada justo no momento em que D. José Caetano, que tanto se empenhava na instalação da Capela das Torres, estava em Porto Alegre, em contato com o Governador. Também com o fato de o donatário já ter sido beneficiado no ano anterior, pelo ex-Governador D. Diogo de Souza, com a concessão de outra terra, adjacente a esta, pelo lado Oeste⁽²³⁾. E ainda com o que aconteceu posteriormente. Todos estes indícios conduzem à crença de que a doação de 1815 tivera como concessionária verdadeira a futura Capela, e não o Alferes, quem apenas faria o papel de intermediário.

O certo é que Manoel Ferreira Porto doou a mesma gleba à Capela de São Domingos, desse modo favorecendo a redistribuição de lotes a todos os interessados em construir nas proximidades da nova igreja. Até hoje nunca se encontrou o título dessa transferência⁽²⁴⁾. É de se concluir ter sido apenas uma transferência verbal. Porém, foi reconhecida por todos, inclusive pelos filhos e herdeiros do próprio doador. A prova encontra-se no livro-tombo da Irmandade de São Domingos⁽²⁵⁾, que na primeira página registra o seguinte:

“Eu, abaixo-assinado, juro se necessário for, que li o título passado pelo Marquês de Alegrete, quando Governador desta Província, no ano de 1815, que concedia 400 braças de terras ao Padroeiro São Domingos das Torres. Por ser verdade, passo a presente declaração. (ass:) Ricardo Ferreira Porto.”⁽²⁶⁾

O Ricardo que assinava esta declaração era o filho mais velho do Alferes e fora batizado no Acampamento de Santa Maria em 04.05.1801, pouco antes de seu pai ser removido para a guarnição de Torres. O documento revela sua convicção de que as terras tinham sido concedidas à Capela diretamente pelo Governador.

Logo a seguir, na p. 2 do livro-tombo da Irmandade de São Domingos consta a descrição dos bens-de-raiz da Freguesia em 1871 [Obs.: a Capela se tornara Freguesia em 20.12.1837]:

“Quatrocentas braças de terras e areias, concedidas em 1815 pelo Marquês de Alegrete, situadas onde se acha a Freguesia [Obs.: refere-se ao centro de Torres] e a Povoação do Potreiro [Obs.: à margem Sul do Mampituba, onde famílias de pescadores se tinham estabelecido, em 1825, hoje bairro Getúlio Vargas], compreendidas desde a Prainha da Olaria [Obs.: hoje Praia da Cal] ao Sul da Freguesia, até o Rio Mampituba ao Norte, e da costa do Oceano até os tiriricaís a Oeste, onde findam as terras de Ricardo Ferreira Porto, Caetano Ferreira Porto e Antônio Ferreira Porto. Torres, 4 de agosto de 1871. (ass:) O secretário Joaquim Ferreira Porto.”⁽²⁷⁾

Como se constata, esses bens-de-raiz coincidem com os da concessão feita em favor do Alferes Ferreira Porto, “largados” por ele em prol da Capela. Os três Ferreira Porto – Ricardo, Caetano e Antônio – mencionados como confrontantes pelo oeste eram filhos e herdeiros do Alferes na outra gleba, recebida pelo pai em 1814. O interessante é que assina esta descrição, em 1871, outro descendente do Alferes, de nome Joaquim Ferreira Porto, que por coincidência era então o secretário da Irmandade.

Existe outro documento que refere a origem dessa propriedade da igreja de Torres. É o relatório de 1859 que o Presidente da Província Dr. Joaquim Antão Fernandes de Leão apresentou à Assembléia Provincial. Ao tratar da Freguesia de São Domingos, informa que tem como bens-de-raiz “um quarto de légua em quadro concedido pelo Marquês de Alegrete.”⁽²⁸⁾ Note-se o equívoco quanto à dimensão do imóvel.

É relevante destacar que os mesmos limites da área de propriedade da Capela de São Domingos vieram a ser os da zona urbana da vila e depois da cidade.

Pode-se igualmente considerar o Alferes Manoel Ferreira Porto como o fundador endógeno de Torres porque foi quem deu início à construção da Capela. Quando ali passou Auguste de Saint-Hilaire, em 5 de junho de 1820, o nosso Alferes estava no exercício do Comando da guarnição e providenciou a hospedagem do cientista francês visitante. No ano anterior o Ten.-Cel. artilheiro Francisco de Paula Soares estivera em Torres para construir um forte, mas se retirara para Porto Alegre, motivo por que o Alferes havia reassumido sua antiga função, não obstante estar reformado. E por isso, com a ajuda da mão-de-obra trazida em 1819 pelo dito Soares, deu início à edificação da igreja, como consigna o livro de Saint-Hilaire:

“Como há o projeto de se localizar em Torres a sede de uma paróquia, começaram a construir aí uma igreja, da qual até agora existe apenas o madeiramento.”⁽²⁹⁾

6. CONCLUSÃO

Tal como teriam imaginado o ilustre D. José Caetano da Silva Coutinho e o modesto Alferes Manoel Ferreira Porto, a presença do novo templo serviu de catalisador ao processo de povoamento local. No contorno da praça fronteira, bem como ao longo da antiga estrada que corria à margem oriental dos banhados da Lagoa do Violão (atual Rua Júlio de Castilhos), também à frente da igreja, começaram a surgir casas. Poucos anos depois, por volta de 1825 ou 1829, o famoso Debret deixou um registro pictórico da comunidade nascente. Postado num alto, nos fundos do templo, fez uma aquarela em que aparecem a própria igreja e as moradias de seu entorno⁽³⁰⁾. Deste modo, retratou a singela Torres que nascia, destinada a transformar-se em sede de município próspero cerca de meio século depois.

Surgida a célula torrense na década de 1820, por iniciativa de pessoas sem vínculos diretos com D. Diogo de Souza, não se poderia atribuir a este a honra de ser seu fundador.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA:

- (1) “Anais do 1º Congresso de História e Geografia Sul-riograndense”. Porto Alegre, Livraria do Globo Ed., 1º v., pp. 177-202.
- (2) “A Gaivota” – Revista Ilustrada das Praias Balneárias. Porto Alegre, João M. Castello, dezembro de 1962, ano XXVIII, nº 29, página centrais, não numeradas.
- (3) Laytano, Dante de – “Torres. Resumo de sua História de Terra e Mar”. Edição da Prefeitura Municipal de Torres, 1978, 22 pp.

- (4) Chaieb, José e outros – “Memórias da Sapt”. Porto Alegre, Nova Prova, 1996, p. 13.
- (5) Ornellas, Manoelito de – “Gaúchos e Beduínos”. Rio de Janeiro, José Olimpio, 1956, p. 422, e “Anais de Bajé”. Bajé, Museu D. Diogo de Souza, 1963, p. 25.
- (6) “Anais de Bajé”, cit. pp. 24-5.
- Costa e Silva, Rio-grandino – “Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul”. P. Alegre, Ed. Globo, 1968, pp. 243-4.
- (7) “Anais de Bajé”, cit. pp. 26-7.
- Costa e Silva, Riograndino - cit., p. 245.
- (8) Ornellas, Manoelito de – cit. pp. 420-35.
- (9) Wiederspahn, Henrique Oscar – “A Missão de D. Diogo de Souza”, in “Anais de Bajé”, cit. p. 62.
- (10) Revista do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, 1952, nº 1, p. 381.
- (11) Revista idem, p. 423.
- (12) Revista do Archivo Publico do RGS, julho de 1921, nº 3, pp. 62-3.
- (13) Revista do Archivo Publico do RGS, dezembro de 1923, nº 12, p. 96.
- (14) Manuscrito examinado em poder do Mons. Rubem Neis.
- (15) Manuscrito em poder do autor: declaração de venda de terras situadas na Lagoa dos Patos (perto da Itapeva), feita por José Martins Machuco.
- (16) Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira – “Memorial Biográfico de um Militar Ilustre – O General Claudino Pimentel”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 101.
- (17) Azeredo, Francisco de Paula de – “Apontamentos Biográficos”, imprimido no Porto em 1866, por iniciativa de seu filho, e parcialmente transcrito em “Província de São Pedro”, nº 21, p. 27.
- (18) Diário de D. José Caetano, MS antes citado.
- (19) idem.
- (20) idem.
- (21) Revista do Archivo Publico do RGS, nº 10, p. 176, extraído do livro nº 3 do AHE., fls. 165, ano 1815.
- (22) Confira-se em:
Casal, Aires de- “Corografia Brasilica”. Facsimile da edição de 1817. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 184.
- Silva, Domingos de Araújo- “Diccionario Historico e Geographico da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul”. Rio de Janeiro, 1865, verbete Mampituba.
- Saint-Adolphe- “Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil”. Paris, Aillaud, Guillard & Cia., 1863, tomo 2º, verbete Mampituba.
- (23) Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul – AHE – livro F-1240, pp. 60-62v, concessão de 12-04-1814.
- (24) Na década de 1950, na condição de advogado com escritório em Torres, o autor auxiliou o jurista Ruy Cirne Lima nessa busca, mas sem êxito.
- (25) Este livro está extraviado. Por sorte, o autor possui uma certidão passada em 05-12-1899, pelo secretário da Irmandade Caetano Pacheco de Freitas.
- (26) Certidão referida na nota 25, em poder do autor.
- (27) Certidão idem.
- (28) Arquivo Histórico do Estado, A – 7.06.
- (29) Saint-Hilaire, Auguste de – “Viagem ao Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, Martim Livr. Ed., 1987, p. 12.
- (30) Debrét, Jean-Baptiste. “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”. São Paulo, Ed. Itatiaia, 1989, pl. 90.

A SEDE DO INSTITUTO HISTÓRICO: ORIGEM DA PROPRIEDADE

Luíz Alberto Cibils

O CAP.-MOR JOSÉ FRANCISCO DA SILVEIRA CASADO, quando realizou seu Testamento em 09.12.1820, declarou que residia no sobrado da Rua Riachuelo, permitindo-nos supor que haja construído o prédio que mais tarde pertenceria ao IHGRGS.

Nasceu na Ilha do Pico, Açores, em cuja freguesia foi batizado, filho de Francisco Pires Casado e de Felipa Antônia da Silveira Casado. Casado com D. Bibiana Josefa Bittencourt do Canto, nascida na Ilha Terceira, Freguesia da Conceição dos Cléricos, filha de Diogo Belmonte Ursúa de Montojos e D. Luiza Josefa Bittencourt do Canto.

Consultando diferentes genealogistas, concluímos que José Francisco Silveira Casado e sua mulher tiveram os seguintes filhos:

1. Pedro Pires da Silveira Casado, n. em Viamão, c/c Ana Clara Barbosa Menezes, em Porto Alegre;
2. José Antônio da Silveira Casado, b. em Viamão a 22.01.1766, c/c Maria Eulália Veloso da Fontoura (suc. PA em 1787);
3. Francisco, n. a 02.04.1769 e b. dia 14 em Viamão;
4. Ana Francisca Borges da Silveira, n. 12.11.1769, b. em Viamão, c/c Vicente Ferreira Leitão em Porto Alegre;
5. Luisa Joaquina da Silveira, n. 25.08.1770, em Viamão, c/c Domingos de Almeida Lemos Peixoto, em Porto Alegre;
6. Isabel, n. 03.11.1772, b. no Oratório da Estância Grande e f. em Porto Alegre, a 14.06.1780;
7. Antônio, b. em Viamão a 04.05.1775, falecido aos 7 dias;
8. Antônio Pires Da Silveira, n. PA e c/c Joaquina Escolástica de Jesus em Cachoeira, no ano de 1799;
9. Manoel Pires da Silveira Casado, b. em Triunfo a 15.08.1799, c/c Rita de Mello Azevedo Coutinho em Triunfo no ano de 1800.

José Francisco da Silveira Casado, como Alferes, a 26.12.1766, foi eleito Procurador da Câmara de Viamão e, quatro anos depois, a 1º de novembro, foi eleito Vereador da mesma câmara, sendo reeleito a 16.10.1774, residindo na Estância Grande.

Ao ano de 1778, ainda Alferes, a 29 de novembro elegeu-se Juiz Ordinário da Câmara de P. Alegre.

Concedidas por D. Luiz de Vasconcelos e Souza em 1781, recebeu campos na extensão de 3 léguas por uma, em Triunfo, denominados “N. Sra. do Terço”, os quais se dividiam com a Estância do Cap. Manoel Bento da Rocha, até encontrar a extrema de João Francisco de Almeida e, deste, para o Sul, a encontrar-se com o Guaíba que fecha os ditos campos.

No mesmo posto, no ano de 1782, foi indicado em 1º lugar para Cap. de Ordenanças na vaga de Francisco Pires Casado, que passara a Sargento-Mor.

A 26 de setembro de 1784, obteve registro de Carta de Sesmaria, passada pelo Vice-Rei, correspondente aos campos do outro lado do rio Guaíba, denominados N. Sra. do Terço. Essa estância incluía o arroio do Conde, que hoje atravessa a BR 116, a caminho da cidade de Guaíba e chegava até o Arroio dos Ratos. O arroio do Conde perpetuou o apelido do proprietário. Estes arroios constituem os limites Leste e Norte de Eldorado do Sul.

Registro de Provisão lhe foi concedida a 01.08.1786, para servir-lhe de Almoxarife da Fazenda Real deste continente e, bem assim, do auto que lhe deu posse.

Um requerimento do Furriel Joaquim Antônio de Oliveira em 20.06.1792, foi registrado e dirigido ao Brigadeiro Comandante do Continente, para abrir o novo caminho de tropas de animais. Esta estrada foi aberta pelos campos denominados Guaíba, do Cap. José Francisco, tendo uma picada até a beira do rio, defronte à Vila de Porto Alegre, saindo o gado pela ponta do Arsenal, onde mais tarde existiria um açougue.

Foi eleito Juiz Ordinário da Câmara de Porto Alegre em 01.10.1797. No ano de 1802, a 18.12, é registrada uma quitação pelo Tribunal da Junta da Fazenda da Capital ao Cap. Casado, do tempo em que serviu de Almoxarife da Fazenda Real do Continente.

Uma provisão é registrada a 30.09.1809 para Casado servir no emprego de Recebedor da Sisa, na Vila de Porto Alegre.

Foi Tesoureiro da Mesa Administrativa da Santa Casa, conforme eleição realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre em 05.01.1815. Pediu demissão por motivo de doença em 09.01.1817. Quadro a óleo do Cap. pertencente à Santa Casa registra o seguinte: “Fundador do Templo da Misericórdia da capital de Porto Alegre”. Seu filho Cap.-Mor Manoel Pires da Silveira foi provedor da Santa Casa (1831-1832).

Tendo realizado seu testamento a 09.12.1820, quando residia no sobrado da Rua Riachuelo, refere no mesmo o nome de sua falecida mulher, D. Bibiana Josefa e de seus filhos: Sarg.-Mor Manoel José Pires Casado, D. Ana Francisca da Silveira c/c Cap. Vicente Ferreira Leitão; D. Luiza da Silveira c/c Domingos de Almeida Lemos Peixoto e falecidos o Cel. José Antônio da Silveira Casado, e Pedro Pires Casado que foram representados pelos sucessores.

Com o falecimento do Cap. José Francisco, ocorrido a 16.01.1825, seu Testamento foi aprovado no mesmo mês, sendo seu Inventariante na ocasião, o Cap. Vicente Ferreira Leitão, casado com a filha daquele, Ana Francisca, os quais teriam realizado as reformas necessárias no prédio.

Silveira Casado, em seu Testamento, fez legados de 30 missas pelas almas dos escravos que faleceram em seu poder, com a esmola de 480 Réis além de ter realizado legados pós à Santa Casa e às viúvas e moças solteiras honestas.

Seu Inventário foi realizado no 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre no ano de 1846 e, entre outros bens, foi descrito “uma morada de casas de sobrado com sótão em cima, sitas nesta cidade na Rua da Ponte, com 6 portas na frente ao Norte e fundos na Rua do Poço e que vistas pelos respectivos avaliadores encontraram seu valor em “RS 6:000\$000”... “Sendo necessária a importância de RS 1:472\$442 para obras de reparo”, perfazendo um total de RS 7:470\$442.” Declararam mais “uma dita morada de casas térreas na mesma frente, com os mesmos fundos, no valor de RS 800\$000.”

Procedida a avaliação, foi assim descrita: “A morada de casas de sobrado situada na Rua da Ponte, nesta cidade, com frente ao Norte na qual tem 6 janelas na sacada de cima e a casa de morada embaixo e um sótão em cima com 2 janelas, estando as casinhas fazendo fundos desta casa ao Sul e frente à Rua do Poço, pertencente aos herdeiros do finado Cap-Mor J.F.S. Casado, do qual era inventariante o Ten.-Cel Manoel de Macedo Brum, a qual casa acima enumerada a estimamos em RS 12:000\$000 e mais 2 lances de casas pegadas ao Leste e muito velhas com a qual estimamos em RS 4:000\$000.”

Esse Inventário foi julgado por sentença de 28.02.1860, havendo recursos.

José de Araújo Fabrício ao estudar sua genealogia diz que José Francisco da Silveira Casado é uma das figuras mais interessantes da história rio-grandense. Era conhecido devido às suas liberalidades e aspecto nobilíssimo, pelo apelido de Conde da Cunha. Quando vieram para o Brasil, os Casado já eram homens de posses pecuniárias, mas José Francisco pelo seu espírito empreendedor, num trabalho assíduo, conseguiu ser uma das maiores fortunas de seu tempo. Possuía em sociedade com o Cap. Manoel Bento da Rocha, seis léguas de comprimento por uma de largo.

Não se deve confundir com o Conde da Cunha, 1º Vice-Rei do Brasil (1763-1767).

Em 1780, quando as terras localizadas na parte meridional do Guaíba até as margens do rio Camaquã, eram comandadas pelo Cap.-de-Cav. Auxiliar Evaristo Pinto Bandeira, encontramos o Cap. José Francisco da Silveira Casado possuindo o maior número de animais: 8.000 vacuns, 700 cavaleiros, 90 burros, 30 bois mansos, 100 mulas, 60 cavalos mansos e 300 ovelhas.

Herdeiros venderam ao Cel. BIBIANO DA FONTE com Ana Barbosa a falecida na me-Providor da Santa e teria residido no

Bibiano nasceu a 18.08.1787, 28.07.1861, sendo filho da Silveira Caviamão e de D. José da Fontoura, do, portanto, neto Mor José Francisco Bibiana Bitten-

Com a escritura 11.01.1868, no 1º tal, D. BERNARMACEDO, viúva noel Macedo Brum, denses de Macedo e s/m D. Francisca Rodrigues de Macedo; Francisco Riopardense e s/m D. Francisca Lobato de Macedo; Joaquim Pereira de Macedo Couto e s/m D. Rita de Assunção de Macedo Couto, a primeira e os terceiros últimos residentes em Pedras Brancas (Guaíba ou El Dourado do Sul) e os segundos em São Gabriel, declaram, através de procurador que, por falecimento de seu marido, pai e sogro, Ten.-Cel. Manoel de Macedo Brum foi separado entre outros bens, para pagamento de dívidas do casal, "três lances de casas situadas na Rua da Ponte, hoje Riachuelo, desta cidade, com 6 portas inclusive o portão ao lado, na frente, com fundos à Rua São Jerônimo, onde também faz frente. Esses três lances de casas houveram por herança do finado avô o Cap. Francisco da Silveira Casado e, por isso, por meio dessa escritura as vendem ao Dr. THOMAZ LOURENÇO DE CAMPOS, pelo preço de RS 4:000\$000".

No Distrito de Pedras Brancas, Manoel Macedo Brum, em 1854, abateu 1.180 reses e no ano seguinte 1.250.

D. Balbina Francisca da Fontoura Palmeiro, n. em Itaqui em 1822 e f. em Porto Alegre a 15.08.1893, onde esta casou em primeiras núpcias a 26.08.1856 com o Cel. Bibiano José Carneiro da Fontoura, viúvo de Ana Barbosa de Macedo.



deram partes da herBIANO JOSÉ CARTOURA, casado de Macedo, que tade do séc. 18. Foi Casa (1841-1842) sobrado.

ceu em Porto Aleonde faleceu a filho de José Antônio, natural de Maria Eulália Venatural do Rio Parpaterno do CapCasado e de D. court do Canto.

tura lavrada a Cartório da CapIDA PIDE DE do Ten.- Cel. MaManoel Riopar-

D. Balbina Francisca, em segundas núpcias, casou em Porto Alegre com Dr. Thomaz Lourenço de Carvalho Campos, n. em Porto Alegre a 23.07.1823, onde f. a 25.07.1883, filho de José Inácio de Lourenço, n. da Ilha de Santa Maria, e de D. Maria Maxima Lourenço de Carvalho, n. em Porto Alegre. Esse casal deixou dois filhos: Leopoldo n. a 05.03.1867 e f. a 25.10.1892 e Fernando, n. a 20.07.1869 e f. a 18.05.1905, ambos solteiros.

Em 1893 o prédio da Riachuelo pertencia a D. Balbina Palmeira de Campos, falecida, como dissemos, a 15 de agosto daquele ano.

Seus descendentes Major Manoel Palmeiro da Fontoura e s/m D. Clara Sá da Fontoura e Fernando Palmeiro de Campos, solteiro e de maior idade e estando na livre administração de seus bens, concordaram em fazer Escritura de Partilha dos bens ficados por morte da mãe e sogra dos mesmos. Incluiu-se nessa partilha os bens deixados por seu irmão Leopoldo Palmeiro de Campos, falecido anteriormente.

Ela foi realizada no 3º Tabelionato, fls. 86v. a 88, no Livro de Contratos, em 26.12.1893, sendo Tabelião João B. Pereira dos Santos.

Por essa partilha MANOEL PALMEIRO DA FONTOURA e s/m receberam as casas na Rua Riachuelo sob nºs 221, 223 e 225 e Fernando Palmeiro de Campos ficou com o sobrado, na mesma rua, sob nº 275, 277 e 279, além do terreno sito na Rua Jerônimo Coelho.

Esta partilha foi registrada no Registro de Imóveis da 1ª Zona de P. Alegre, no Liv. 3AI, fls. 121, em 25.09.1942. Certidões da Prefeitura Municipal foram averbadas, alterando os números das propriedades sitas na Rua Riachuelo, na seguinte forma:

- a) no registro 28.438, antigo 221, passou a ser 1.313;
- b) no registro 28.439, antes nºs 283 e 285, tornaram-se 1.317 e 1.323;
- c) no registro 28.440, os antes nºs 275, 277 e 279 transformaram-se em 1.297, 1.305 e 1.307.

Este último registro (28.440), em 25.09.1942, contém a informação de que essa propriedade tinha limite Oeste, com terreno que é ou foi da Sociedade Partenon Literário (Liv. 3AI, fls. 121). Este terreno é hoje ocupado pelas garagens do Palácio do Governo. O Partenon Literário fundado a 18.06.1868 teve um período áureo e, após 10 anos de pouca atuação, teria se dissolvido em maio de 1899.

O Gen. Manoel Palmeiro da Fontoura houve o prédio sito na Rua Riachuelo nºs 1291, 1305 e 1307, antigos nºs 275, 277 e 279, na devolução da herança dos bens pelo seu falecido irmão Fernando Palmeiro de Campos, cujo processo de inventário correu pelo Cartório da Provedoria local e julgado por sentença de 19.07.1905, que transitou em julgado. Esta propriedade foi assim descrita:

“Um prédio de construção sólida, assobradado, com 2 lances térreos sob nºs 1297 e 1305 e dois superiores com uma entrada comum

pelo nº 1307, na Rua Riachuelo, antigamente Rua da Ponte nºs 275, 277 e 279, com 3 portas de entrada e 3 ditas de sacada no andar térreo e 6 de sacadas de ferro no superior, limitando ao Norte, com a Rua Riachuelo numa extensão de 16,00m onde faz frente; ao Leste, com o prédio nº 1313 da mesma rua, pertencente também à mesma herança e o terreno do mesmo prédio, na extensão de 92,75m até encontrar a Rua Jerônimo Coelho; ao Sul, com a Rua Jerônimo Coelho, na extensão de 9,20m e, ao Oeste com um terreno doado pelo Estado RS ao Conservatório de Música, hoje Instituto de Artes, na extensão de 92,75m.”

Por sua vez o finado Fernando Palmeiro de Campos o houvera na partilha amigável procedida em Notas do 3º Cartório da Capital, Liv. 14 de Contratos, fls. 86v, em 26.12.1893, por falecimento de sua mãe D. Balbina Palmeiro de Campos, ocorrido a 15.08.1893. Dona Balbina houvera uma terça parte desse imóvel no valor de RS: 065\$449, em pagamento de sua meação do inventário de seu primeiro marido Cel. Bibiano J. Carneiro da Fontoura, cujo processo correu pelo 2º Cartório de Órfãos da Capital, no ano de 1861 e com sentença que transitou em julgado. As restantes duas terças partes deste imóvel, a mesma falecida D. Balbina houve, também, em pagamento de sua meação no inventário de seu segundo marido Dr. Thomaz Lourenço, cujo processo correu pelo 3º Cartório de Órfãos da Capital, no ano de 1883 e julgado por sentença de 24.04.1884, que transitou em julgado.

D. Balbina fora casada com o Dr. Thomaz, pelo regime de separação de bens, como, porém, aquelas duas terças partes do imóvel fossem pelo mesmo Thomaz adquiridas em seu nome na vigência de seu casamento com D. Bibiana e com rendimentos de bens da mesma Bibiana, mandou o Juiz do inventário que os bens nessas condições fossem considerados em comunhão, recebendo, ele então, a sua meação.

Manoel recebeu, ainda, 3 casas térreas de alvenaria de construção antiquíssima, na Rua Riachuelo nºs 1313, 1317 e 1323, antigamente 281, 283 e 285, que o Gen. Manoel os houvera por herança de sua mãe D. Balbina, que por sua vez as houve em pagamento de sua meação no inventário do 2º marido Dr. Thomaz.

O Dr. Thomaz L. C. Campos houve essas 3 casas por compra feita a D. Bernarda Pires de Macedo e seus filhos, como dissemos, através de escritura pública passada em Notas do 1º Cartório em 11.01.1868.

Os herdeiros do Gen. Manoel Palmeiro da Fontoura, Fernando de Sá Palmeiro da Fontoura e de D. Clara de Sá Palmeiro da Fontoura, representados pelo Inventariante Manoel de Sá Palmeiro da Fontoura, no 2º Tabelionato de P. Alegre, a 04.12.1942, fez dação em pagamento ao Estado RGS, de impostos de transmissão, taxas e juros, a casa de nºs 1297, 1305 e 1307 e de nºs 1313, 1317 e 1323, todos na Rua Riachuelo, medindo o terreno em que assentam essas casas em conjunto 25,10m no alinhamento da Rua Riachuelo ao Norte; 28,80m ao Sul, no alinhamento da Rua Jerônimo Coelho, lado par, dividindo-se pelo Oeste, na extensão de 92,75m, entre as duas ruas, com o imóvel pertencente por doação do Governo do

Estado, ao Conservatório de Música, depois denominado Instituto de Artes e, pelo lado Leste com o prédio nº 1327, pertencente à sucessão de Ladislau Lopes Barcelos, na extensão de 44,00m, depois de propriedade da Família Mancuso e a seguir com dita da Irmandade São Miguel e Almas, até alcançar o alinhamento da Rua Jerônimo Coelho, sendo esta divisa de Leste, formada por linhas irregulares diversas.

Essa doação em pagamentno inclui o Edifício de 2 pavimentos, com 3 portas e janelas no pavimento térreo e 6 portas com sacada de ferro no pavimento superior e, ainda, com 2 janelas no sótão.

O Estado esteve representado nesse ato pelo Procurador Fiscal, Dr. Fanor Azambuja Marsillac, devidamente autorizado pelo Interventor Federal Osvaldo Cordeiro de Farias a receber a doação em pagamento.

O IHGRGS funcionou nesse velho prédio mais de 20 anos, de setembro de 1943 a novembro de 1963, por cedência dos Interventores Federais Osvaldo Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles.

A seguir foi sancionada a Lei 348, de 15.10.1948, que permitiu ao Governador Walter Só Jobim fazer doação da mencionada propriedade ao IHGRGS.

Ela se concretizou através da Escritura de Doação passada a 06.01.1949, no Liv. 221, Fls. 31v a 33, no 2º Notário da Capital. O Estado nesse ato foi representado pelo Procurador Fiscal Dr. João Otávio Leiria, devidamente autorizado pelo Governador do Estado. O Registro deu-se no Registro de Imóveis da 1ª Zona, em 25.01.1949, Liv. 3-AV, fls. 20, sob nº 43.473, como já estudamos anteriormente.

Os Fontoura no Rio Grande do Sul são descendentes da linhagem do mesmo nome da então Vila de Chaves, Comarca de Tras-os-Montes, dando importantes homens a esse país e ao Brasil, pelo que nos informa Jorge Godofredo Felizardo.

João Carneiro da Fontoura foi fundador dessa linhagem no RGS, nascido em torno de 1679 na freguesia da Vila de Chaves, faleceu em Rio Pardo, com 90 anos, em 19.08.1769.

Seu filho do mesmo nome, Cap. de Dragões, n. no Rio de Janeiro, cerca de 1734 e falecido em 22.01.1810, em S. José do Norte. Casou na freguesia do Estreito a 01.05.1773 com D. Josefa Bernardina da Cunha Menezes, n. no Rio Grande a 08.11.1756, filha do Cap. João da Cunha, n. em Lisboa e de Antonia Maria de Jesusas, n. em Minas Gerais.

Tiveram muitos filhos, sendo que a 8ª Maria Josefa da Fontoura, n. em Rio Pardo e f. em P. Alegre, casou-se na Povoação do Norte a 25.04.1802 com o Cap., depois Cel. de Dragões João José Palmeiro a 31.03.1774, na freguesia S. Vicente Martir da Vila Franca de Xira, patriarcado de Lisboa e f. em P. Alegre a 02.03.1830. João José Palmeiro a 22.10.1796 era Guarda Marinha da Armada Portuguesa; como 2º Ten. a 19.12.1798, conheceu em S. José do Norte, em um baile no ano de 1801, D. Maria José Fontoura, com quem se casou. No Rio transferiu-se para o Exército,

voltando ao Rio Grande como Oficial de Dragões. Foi Cap., Sarg.-Mor, falecendo como Cel. reformado. Tiveram 12 filhos. Dessa forma teve início no Rio Grande a família Palmeiro da Fontoura.



Antiga sede do Instituto na Rua Riachuelo, sobrado à direita.

A EVOLUÇÃO DA IMPRENSA GAÚCHA E O CORREIO DO POVO

Sérgio da Costa Franco

Num ensaio publicado em 1956, intitulado “Notas sobre a Imprensa Gaúcha”, Carlos Reverbel lamentava a escassez da bibliografia existente a respeito da história dos jornais rio-grandenses, embora apresentasse em apêndice um elenco expressivo de títulos dedicados ao assunto. De lá para cá, a situação não mudou muito. Novos estudos surgiram a propósito de nossa imprensa, mas não o levantamento completo e exaustivo que seria de desejar. Muito concorre para isso o fato indiscutível da pulverização dos veículos de comunicação, que, no Estado, sempre vicejaram como ilhas e ilhotas de um vasto arquipélago.

Rigorosamente, apenas a primeira fase da imprensa gaúcha, fase que pode ser delimitada pelos anos de 1827 e 1850, mereceu um estudo minucioso por parte do saudoso historiador Abeillard Barreto em sua obra póstuma “Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul”, editada em Porto Alegre em 1986. Algumas características marcantes assinalam esse período embrionário do jornalismo rio-grandense. Os periódicos desse tempo foram, quase todos, de pequeno formato, de duas, ou, no máximo, 4 páginas, raros anúncios, quase nenhuma notícia e um forte conteúdo de controvérsia político-partidária. A publicidade que lhes era mais rendosa era a oficial, resultante da publicação de atos do governo. O jornalismo era, então, mera aventura individual, trabalho artesanal sujeito a graves riscos, estranho ainda a preocupações literárias e muito menos à intenção de noticiar fatos. Os graves riscos, evidentemente, não se relacionavam aos aspectos industriais da modestíssima tipografia de compondor e prensas manuais, mas ao furor da controvérsia partidária, que não impunha limites à virulência de linguagem nem aos recursos extremos da pancadaria e da depredação de oficinas. Os próprios nomes de alguns desses periódicos dizem do clima belicoso em que eram produzidos: IDADE DE PAU, IDADE DE CHUMBO, O INFLEXÍVEL, O INEXORÁVEL, BELONA IRADA CONTRA OS SECTÁRIOS DE MOMO, O QUEBRA ANTI-EVARISTO, O JUSTICEIRO, O ARTILHEIRO...

Assemelhados no estilo, no conteúdo e na feição gráfica, tais jornais, como outros tantos da mesma fase, retratam um momento de conflito político agudo, quando, ao lado do antagonismo principal entre farroupilhas e caramurus, ainda medravam os choques internos entre os partidários da legalidade imperial.

Depois de 1840 – é certo – melhorou em alguma coisa a apresentação dos veículos e seu conteúdo, sendo exemplos disso O COMÉRCIO, O IMPARCIAL e O PORTO-ALEGRENSE. O redator e dono do primeiro deles, Isidoro José Lopes, que entrou para a História com o seu apelido de “Cara de Cavalo”, garantiu por quase 9 anos a continuidade de sua folha. Duração ainda maior alcançou O RIO-GRANDENSE, editado em Rio Grande a partir de 1845, primeiro como bi-semanal, e, após 1850 como diário, preocupado especialmente com notícias mercantis, entrada e saída de navios no porto, preços correntes e outros informes úteis ao comércio. Num exemplar desse jornal, ao tempo em que já era diário e dirigido por Bernardino Berlink, vimos a curiosidade de uma coluna bilíngüe – português e inglês – sobre preços de mercadorias. O RIO-GRANDENSE diário é um periódico que não mais se identifica com a primeira fase da imprensa gaúcha. Já pode ser considerado um jornal da segunda fase – a que abrange a segunda metade do século 19 e os começos do século 20. Foi esse o caso, igualmente, do rio-grandino DIÁRIO DO RIO GRANDE, que sobreviveu 62 anos, de 1848 a 1910.

Ainda carentes daquele estudo pormenorizado e metódico sobre a imprensa gaúcha, que Carlos Reverbel reclamava em 1956, mesmo assim, através do reiterado convívio com a pesquisa nos periódicos posteriores a 1850, animamo-nos a caracterizar um segundo momento na evolução da imprensa gaúcha, e que é precisamente a fase em que veio a surgir o CORREIO DO POVO.

A década de cinquenta, que será de afirmação cultural da capital gaúcha, assinalaria uma transformação qualitativa na imprensa de Porto Alegre, tanto quanto ocorreria em Rio Grande com os dois periódicos que antes referimos. José Cândido Gomes, dirigindo “O MERCANTIL” a partir de 1851, tornou-o diário, de maior formato, e, salvo engano, tornou-se o pioneiro da crônica literária, com um rodapé semanal de conteúdo humorístico a respeito de episódios e problemas da cidade, assinado com o pseudônimo de “O Estudante”. O CORREIO DO SUL, de que resta uma coleção incompleta no Museu Hipólito José da Costa, era um periódico de formato “standard”, com 4 páginas, firmando o padrão da imprensa porto-alegrense até o início do século 20, ou, mais precisamente, até o advento das impressoras rotativas, das linotipos e das clichérias. Editado por Felipe de Oliveira Nery a partir de 52, esse CORREIO DO SUL porto-alegrense deixaria o rastro de um periódico de qualidade, bem redigido e atraente. O desenho de um barco a vapor no cabeçalho simbolizava a conquista maior de sua época, no sentido de apressar as relações comerciais e a velocidade da informação. Com os pacotes a vapor, em linhas regulares, as notícias da Corte podiam chegar a Porto Alegre em pouco mais de uma semana, salvo contratempos graves de mar. O telégrafo elétrico viria depois de 1867.

Com algum retardamento, Pelotas também ingressou na nova fase do jornalismo com o BRADO DO SUL, redigido pelo farroupilha Domingos José de Almeida entre 1858 e 1861, o DIÁRIO DE PELOTAS e o CORREIO MERCANTIL, para citar apenas os veículos de mais longa duração e influência, antes do surgimento do DIÁRIO POPULAR, que é de 1890, e de A OPINIÃO PÚBLICA, de 1896, ambos ainda em atividade.

Na segunda metade do século 19, os jornais se multiplicaram por todas as cidades e vilas da província. Compreende-se que, dadas as dificuldades de transporte e comunicação, a folha impressa era, antes de mais nada, um artigo de produção e de consumo local. Antes da progressão das ferrovias e da formação de uma rede ferroviária integrada e mais ou menos abrangente, – o que só aconteceu na virada do século – era reduzida a possibilidade de penetração dos periódicos de Porto Alegre, assim como de Pelotas e Rio Grande, nas pequenas comunidades do interior. Por isso e porque a imprensa não era uma atividade industrial, mas sobretudo política, as folhas proliferavam, mesmo em cidades e vilas de pouca significação. O artigo de J. J. Cézár, publicado no Anuário do Rio Grande do Sul para 1885, a respeito da imprensa no Rio Grande do Sul, menciona jornais, inclusive diários, em Jaguarão, São Leopoldo, Cachoeira, Santa Maria, Cruz Alta, Santa Vitória do Palmar, Bagé, D. Pedrito, São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete (onde já nascera a vigorosa Gazeta, ainda existente), Quaraí, Uruguaiana, Itaqui e São Borja. No total, em 1885, J. J. Cézár, que era do ramo, afirmava a existência de 56 periódicos no Rio Grande do Sul, sendo 18 deles diários. É uma cifra surpreendente, se considerada a modesta população do Rio Grande do Sul no tempo e seu escasso desenvolvimento econômico.

Naquele mesmo ano, ou seja, dez anos antes do nascimento do CORREIO DO POVO, ainda predominavam os prelos manuais. Só os jornais de maior categoria tinham chegado ao uso de máquinas de propulsão a vapor ou a gás para as suas impressoras. Era o caso do JORNAL DO COMÉRCIO, do MERCANTIL, da FEDERAÇÃO e do DEUTSCHE ZEITUNG em Porto Alegre, e do CORREIO MERCANTIL em Pelotas. Tais veículos podiam alcançar tiragens maiores, pois bem se pode calcular o quanto seria morosa a impressão de jornais em prensas a braço ou a pedal mecânico. De qualquer modo, o estrangulamento da circulação e a forte concorrência mantinham as tiragens em níveis muito modestos. O mesmo J. J. César escreveu: “É difícil precisar rigorosamente a tiragem das folhas da província, mas posso assegurar que a FEDERAÇÃO é a que tem maior circulação, imprimindo cerca de 2000 exemplares. À exceção da REFORMA, de tiragem superior a 1000 exemplares, e talvez do JORNAL DO COMÉRCIO desta capital e do CORREIO MERCANTIL em Pelotas, creio que nenhuma outra folha atinge ao número de 1000 exemplares”.

Mas vale registrar que os veículos desta segunda fase da imprensa gaúcha tinham perdido o caráter de aventura individual e evolufam para a condição de empresas, com maior número de redatores, separação das funções de redação e de

gerência, e uma constante preocupação com a receita publicitária. Quase sem discrepância, eram jornais de 4 páginas, sendo as duas primeiras com matéria redatorial e as duas últimas com anúncios. Um fato novo assinalava quase todos: a preocupação em difundir literatura. O folhetim em rodapé, muitas vezes composto de molde a permitir que as páginas fossem recortadas pelo leitor e encardenasadas, tornou-se freqüente. Os bibliófilos conhecem esse tipo de livro, gerado nas folhas da imprensa periódica. Como a introdução das tipografias a vapor ou, mais tarde, a gás, ensejava alguma capacidade ociosa aos prelos dos jornais, era habitual que estes oferecessem seus serviços para a execução de outros trabalhos tipográficos e que até editassem livros em suas oficinas.

Foi nesse clima e nessa encruzilhada onde se encontravam o jornalismo político e o comercial, o artesanal e o industrial, que nasceu e cresceu a personalidade de Caldas Júnior, o fundador do CORREIO DO POVO. Com apenas 17 anos ele começou a trabalhar em A REFORMA, o diário do Partido Liberal, e nele se manteve até o ano de 1891, quando passou a redator-chefe do JORNAL DO COMÉRCIO, ao lado de seu primeiro sogro, Aquiles Porto Alegre. Vale dizer que, no difícil e conflituoso trânsito da monarquia para a república, em 1889 e 1890, Caldas Júnior se encontrava a serviço do partido que mais resistiu à ascensão do partido republicano castilhistas. Em seus diários "Respingos", versinhos satíricos que assinava com o seu conhecido pseudônimo de Tenório, endereçava constantes farpas ao governo provisório da República, ao partido oficial do Rio Grande do Sul, a Júlio de Castilhos e à FEDERAÇÃO. Glosando a eleição federal de setembro de 1890, escreveria: "Mas que fazer? A eleição/ Foi toda uma patuscada, / Porcamente concebida, / Muito mal representada" (27.9.90). Aludindo a um contrato prejudicial ao Estado, que ia sendo celebrado com o aventureiro mexicano Fanor Cumplido e com presumível aprovação de Castilhos, seria irreverente: "Caiu no anzol, o pato, / O pato foi pescado / Por grande, enorme anzol / O bicho foi fisdado" (5.10.90). Note-se que Pato era o apelido de Júlio de Castilhos quando adolescente. A propósito do Regulamento Eleitoral promulgado naquele ano, Tenório fulminaria: "Mas sem a fraude, que tudo/ Supre, aplaina, amolda, ajeita./ Como é que toda essa gente/ Há de ser então eleita?" (25.10.90).

A guerra civil que se estendeu de 1892 até meados de 1895, com projeções em Santa Catarina e Paraná, marcou profundamente os destinos do Rio Grande do Sul e de sua imprensa. A pacificação promovida pelo governo federal, sob a orientação de Prudente de Moraes, não foi suficiente para restabelecer no Estado um ambiente de equilíbrio político. Castilhos e o seu partido esmagaram os adversários, e, tendo ficado intocado o sistema constitucional que consagrava uma virtual ditadura, apenas sacramentada pela formalidade de eleições viciadas e fraudulentas, muitos anos se passariam até que a oposição federalista tivesse ensejo de respirar. Sem representação nos governos municipais, nos Conselhos, na Assembléia Estadual ou no Congresso nacional, a oposição foi reduzida ao silêncio. O direito de opinião era garantido pela legislação castilhistas, mas bem se podem imaginar as dificuldades de exercitar uma discordância atuante, quando todas as esferas do poder esta-

vam sob o controle de um só partido, firmemente comandado por chefes intolerantes. Embora o Partido Federalista, liderado por Gaspar Silveira Martins, tenha podido reorganizar-se num congresso realizado em Porto Alegre em 1896, ele esteve praticamente ausente de qualquer pleito eleitoral até 1906, quando o advento de uma nova lei eleitoral federal, que assegurava a representação das minorias, permitiu que dois maragatos se elessem deputados federais. A essa altura, Silveira Martins já morrera em Montevidéo em 1901, cumprindo um exílio voluntário e cautelar.

Nasceu, assim, o CORREIO DO POVO, no pós-guerra de 1895, sob a atmosfera de uma ditadura de partido único. Tais considerações são necessárias para melhor compreender o alto significado de sua postura independente, declarada de forma enfática no editorial de 1^a de outubro. Tal independência, no caso, podia ser interpretada como uma postura de contestação. Mais ainda: ponderando-se que Caldas Júnior procedia de "A REFORMA", com forte tradição de hostilidade aos castilhistas; que ele próprio, por mais de uma vez, se mostrara antagônico ao partido dominante; e que trazia consigo, inevitavelmente, o ressentimento de filho de uma das vítimas da chacina de Anhatomirim, onde seu pai, o Desembargador Vieira Caldas, fora fuzilado sem julgamento pelos comandados do Coronel Moreira César, o mínimo que se poderia esperar é que ele implantasse um veículo independente, inclinado à oposição, na medida em que essa inclinação não tornasse impossível a sobrevivência econômica da empresa. Um jornal declaradamente antagonizado com o governo seria inviável em 1895. Salvo raras exceções, como o ECHO DO SUL, de Rio Grande, periódicos oposicionistas não puderam suportar o clima pesado que sucedeu à revolução federalista. A própria A REFORMA, antiga e tradicional, não sobreviveu em Porto Alegre e precisou transferir-se para o interior.

Não por acaso, A FEDERAÇÃO, órgão dos castilhistas, repetidamente aludiu ao CORREIO DO POVO como "órgão maragato disfarçado" e qualificações semelhantes. Para fazer-se idéia do que representava o CORREIO DO POVO aos olhos do partido oficial, é interessante transcrever trecho de carta existente no arquivo de Borges de Medeiros, assinada pelo intendente de Veranópolis, Aquiles Taurino de Rezende, e dirigida, em 18.3.1915, àquele chefe partidário. Depois de comunicar que passara pelo município um representante de "A FEDERAÇÃO", realizando cobranças de assinaturas em atraso e conseguindo mais 21 assinantes novos, acrescentava: "... Todavia estou imensamente empenhado em estender o mais possível a circulação do nosso glorioso órgão no município, máxime quando ele está aparelhado para, com vantagem indiscutível, fazer frente ao CORREIO DO POVO que, infelizmente, conta ainda em todo o Estado com grande número de assinantes e, o que é profundamente lamentável, a maioria deles ou quase totalidade é formada dos republicanos. Entretanto, esse jornal, como o meu preclaro Chefe sabe, não desperdiça ensejo em editar tudo que é contrário à situação e aos republicanos. Continua sendo o nosso tradicional inimigo. Daí a conveniência dos nossos amigos abandonarem-no de vez. Estas pondera-

ções, embora de forma reservada, tenho feito aos que assinam o CORREIO aqui e todos prometeram-me logo que terminassem as respectivas assinaturas, substituirem-no pela FEDERAÇÃO”.

Sem assumir uma definida linha de oposição, o CORREIO, tanto em vida de Caldas Júnior, como mais tarde, abria suas páginas à manifestação dos descontentes, servia de respiradouro ao federalismo e aos dissidentes do situacionismo e não acompanhava o coro de louvações que a imprensa habitualmente dedicava aos poderosos do momento. Daí a antipatia eterna que lhe votavam os castilhistas.

Sob o clima sufocante de uma indestrutível ditadura partidária, talvez tenha sido a independência o segredo para o sucesso popular do CORREIO DO POVO. Segundo Walter Galvani, em seu recente livro, “Um Século de Poder”, o grande matutino, ao chegar o ano de 1900, já disputava a condição de jornal de maior circulação no Estado, com uma tiragem de 5.000 exemplares. Teria suplantado A FEDERAÇÃO, embora esta vivesse dos favores oficiais e tivesse toda a grande máquina do Partido Republicano para a captação de assinaturas.

Parece claro que o CORREIO DO POVO apareceu num instante propício, beneficiando-se da impulsão econômica do Estado após a guerra civil, em função do assentamento de imigrantes e abertura de novas frentes agrícolas, da expansão das ferrovias e da modernização da pecuária. Apesar de velhos fatores de estrangulamento, o Rio Grande do Sul progrediu bastante nos últimos anos do século 19 e primeiros do século 20. Mas é óbvio que a prosperidade não bafejou todos os periódicos. Os que não se modernizaram, feneceram. Jornais de feição marcadamente partidária tenderam a perder o favor do público. E outros, que se pretenderam inovadores e transformistas, igualmente fracassaram.

A preocupação de servir os leitores com honestidade e independência, mais a obsessão de acompanhar de perto os progressos tecnológicos, parece que foram os segredos da crescente predominância do CORREIO DO POVO no mercado da comunicação gráfica. Registre-se que, em 1895, ao nascer, o jornal não era nenhum primor de trabalho gráfico. O jornalista Inocêncio Romero, que em 1922 publicou um resumo histórico da imprensa gaúcha, acentuou a modéstia com que apareceu a folha de Caldas Júnior, – “pequeno jornal em quatro páginas”, escreveu – que conservou por longo tempo a mesma apresentação original. Escreveu Romero: “Sob o ponto de vista da feição, é o jornal conservador por excelência. Pois, conquanto seja, indiscutivelmente, uma das folhas mais bem instaladas do Estado, funcionando em prédio próprio e dispondo de moderno e excelente material, seu aspecto é sempre o mesmo, ou seja, o que um dia lhe deu seu ilustre e inolvidável fundador. Sua tiragem atual é de quinze a vinte mil exemplares diários”.

É importante observar que o crescente sucesso empresarial do CORREIO DO POVO o transformou num padrão e, ao mesmo tempo, num alvo predileto da concorrência, sempre antagonizado pelas demais folhas que foram aparecendo em Porto

Alegre ao longo do século 20. Do fato de haver sido fustigado por concorrentes, ele hauriu forças para consolidar-se e crescer sempre mais, ao mesmo passo em que terminava sacrificando os competidores. O velho JORNAL DO COMÉRCIO, que datava de 1864, em vão lutou por disputar a preferência do público porto-alegrense; não ultrapassou a segunda década.

Em 1911, como fruto do empenho dos maiores capitalistas de Porto Alegre – Manoel Py e seu genro Possidônio da Cunha – foi lançado O DIÁRIO, no dizer de Inocêncio Romero, “o mais belo jornal aparecido no Estado, senão em todo o país. Publicava-se em 12, 16, 20 e mais páginas diárias, sendo de grande formato e ilustrado”. Tecnicamente inovador, O DIÁRIO teve papel relevante no desenvolvimento da imprensa porto-alegrense, porque, para enfrentá-lo, o CORREIO DO POVO também se obrigou a modernizar-se. Com distância de poucos meses, no ano de 1912, um e outro introduziram o sistema de clichê, dando início ao que se pode considerar a terceira fase da imprensa gaúcha, assinalada pela presença da ilustração fotográfica, passando a atrair segmentos novos de leitores, atraídos pela comunicação visual, o famoso “retrato da vítima” das páginas policiais, além das costumeiras atrações das colunas sociais e das seções esportivas. O clichê tornou populares os jornais. Mas, a despeito de seu brilho técnico (foi o primeiro jornal da cidade a lançar uma edição extraordinária em razão de um episódio criminal), O DIÁRIO não prosperou. Já em 1914, seus fundadores o transferiram a terceiros. E em 1920 deixou de circular definitivamente.

Outro concorrente dos mais categorizados foi o DIÁRIO DE NOTÍCIAS, fundado em 1925, também com o plano deliberado de conquistar os espaços do CORREIO. Sob a direção de Francisco de Leonardo Truda, egresso da redação da empresa Caldas, o DIÁRIO DE NOTÍCIAS alcançou excelente nível, tendo tido colaboradores de alto valor, que marcaram época na vida jornalística e literária do Rio Grande do Sul. O jornal de Truda foi o grande porta-voz do movimento modernista e liderou no Estado toda a preparação da Revolução de 1930. Naquele momento histórico, sua posição era de indiscutível liderança, embora nada se possa dizer quanto a números de circulação comparada. Desde que integrado à cadeia dos Diários Associados, o DIÁRIO DE NOTÍCIAS viveu as alternativas de prosperidade e de crise que pautaram a vida agitada de Assis Chateaubriand. Mas houve momentos em que a concorrência do DIÁRIO DE NOTÍCIAS pareceu ameaçar a tranqüila supremacia do CORREIO, a ponto de Chateaubriand alimentar o sonho de comprar o jornal da Companhia Caldas Júnior.

Por vezes, os pretensos rivais do CORREIO DO POVO não passavam da primeira infância. Foi o caso de A HORA, um jornal magnificamente planejado e redigido, que apareceu em 1954 para inovar o jornalismo porto-alegrense. Impresso em cores e diagramado (foi o primeiro periódico da cidade a implantar diagramação), era modelar em seu aspecto gráfico. Seu pioneirismo terá induzido os demais periódicos a buscar modernização, favorecida, aliás, pelos crescentes e acelerados progressos da indústria. Mas as dificuldades gerenciais fizeram que

A HORA sucumbisse muito cedo, adquirida e fechada pela cadeia dos Diários Associados.

Chegamos ao final deste breve apanhado, estacando diante dos episódios mais recentes, que envolveram a grave crise do CORREIO em 1984, os quais, por serem contemporâneos, e, por isso mesmo, ainda sujeitos a controvérsias, não estão maduros para serem apreciados com objetividade. De resto, a evolução da imprensa passou a sofrer a pesada influência dos meios de comunicação audiovisuais, que geraram componentes novos em toda a problemática gerencial das atividades jornalísticas.

Cabe acentuar, por fim, que em seus cem anos de vida o CORREIO DO POVO cumpriu um papel de indutor do desenvolvimento da imprensa do Rio Grande do Sul. Seja pela fidelidade mantida em relação ao programa de seu fundador, seja pelos bons exemplos que difundiu no tocante à informação veraz, o jornal balizou uma trajetória ética e se tornou um estimulador do incremento do jornalismo gráfico, até mesmo pelos esforços continuados de seus concorrentes, no sentido de superá-lo com inovações de oficina e com originalidades redacionais. De qualquer modo, será impossível escrever a história do século 20 no Rio Grande do Sul sem recurso às preciosas coleções do CORREIO DO POVO.

A PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE IMPRENSA

Raphael Copstein

Entre os capítulos da História da Comunicação no Rio Grande do Sul merece destaque o que relata a fundação de duas entidades associativas de jornalistas.

Em época em que a sindicalização não era muito aceita pela classe média, esta disfarçava o inconveniente criando organizações de respeitabilidade burguesa, benéficas, culturais e porque não, ao mesmo tempo de defesa de classe.

Os anos 1920 e 1935 marcam, respectivamente, as fundações de duas entidades gaúchas de imprensa. As datas são bastante significativas tanto no âmbito da História Mundial como da Brasileira. Sem apreciar os períodos em que se inserem, recorda-se terem, surgido regimes nada favoráveis à liberdade de expressão.

A intenção deste trabalho é descrever a vida efêmera da primeira das associações, mas, registra na transcrição a seguir, como homenagem à próxima comemoração do sexagésimo quinto aniversário da **Associação Riograndense de Imprensa – A.R.I.** – um trecho do discurso de posse do jornalista Dario Rodrigues, sucessor de Érico Veríssimo, primeiro presidente da Entidade. São palavras que em momentos de crise institucional têm guiado a Associação.

Agora para ti Érico Veríssimo (...). Hoje os fatos atestam quão fecunda e benéfica foi a tua passagem pela presidência da ARI. Todos nós temos bem vivos na memória os teus desesperados esforços naquele triste final de ano para suavizar a situação de alguns colegas nossos arrastados pela onda de anarquia que tentava varrer de nossa pátria. Perdeste dias e noites correndo pelos quartéis, pelas prisões para levar àqueles nossos colegas o conforto da tua palavra amiga e da nossa classe (...) Os teus esforços foram compensados porque aqueles colegas tiveram a situação mudada com a liberdade conseguida para alguns e de melhoria de carceragem para outros.

Ao término da segunda década do século, havia, no Rio Grande do Sul o

Clube da Imprensa Operária, mas, os intelectuais do jornalismo não se congregavam em uma sociedade. A iniciativa de reuni-los partiu da **Associação Brasileira de Imprensa – A.B.I** – entidade dos jornalistas do então Distrito Federal, (Rio de Janeiro) fundada em 1908. Veio a Porto Alegre o jornalista de **A Rua**, Roberto Roy Marques comissionado pela A.B.I segundo a **A FEDERAÇÃO** ou seu representante, conforme o **CORREIO do POVO** com a finalidade de fundar uma congênere. Este último, em 17 de agosto (1920) publicou, sob o título de **ASSOCIAÇÃO DE IMPRENSA**, convite de Roy Marques a **jornalistas e homens de letras** para se reunirem no dia seguinte, às 16 horas, no Clube Caixeiral, com a finalidade de fundar uma entidade com aquela denominação.

A convocação encontrou eco entre os visados. No dia 18 de agosto, no lugar indicado, o representante da Associação Brasileira de Imprensa, **perante crescido número de elementos pertencentes à imprensa local**, presidiu o encontro e expôs, a necessidade de criação de uma associação estadual de jornalistas a fim de estabelecer o **congraçamento dos homens de imprensa do nosso país**.

Aprovada a idéia, em princípio, foi designada uma comissão constituída por Hugo Barreto, A. Moura Toscano, Alfredo Guimarães, Mario Cinco Paus e João Jacinto Costa encarregada de **deliberar definitivamente sobre a fundação (...) de uma Associação Rio Grandense de Imprensa**. Foi marcada, também, uma reunião para sábado, dia 21, no mesmo local.

Nessa data, sob a presidência de Alberto Roy Marques, o salão do Clube Caixeiral ouviu os resultados dos trâmites desenvolvidos pela comissão nomeada na sessão anterior. Os presentes resolveram organizar uma entidade moldada à Associação Brasileira de Imprensa e elegeram uma diretoria provisória assim constituída:

Presidente	Cel. João Maia
Vice-Presidente	Paulo Bidan
Secretário	De Souza Júnior
Tesoureiro	Octaviano B. de Oliveira
Procurador	Hugo Barreto

Como última resolução decidiram instalar a Entidade em quinze dias. Roy Marques encerrou os trabalhos de fundação congratulando-se com os presentes e anunciou que em seu regresso à Capital Federal, pretendia entrar em contato com os jornalistas de Pelotas e Rio Grande com a mesma finalidade.

Da primeira Associação Rio Grandense de Imprensa não se conhecem documentos. A única fonte informativa da curta existência da **nascitura** são as notícias publicadas nos jornais da época.

A quinzena aprazada em 21 de agosto de 1920, data de fundação, prolongou-se por muitos mais dias. O **Correio do Povo** registrou a reunião seguinte em 16 de outubro, na redação da **Máscara**, sem detalhar o ocorrido e participa convocação para o domingo seguinte a fim de tratar do estatuto.

Novas notícias só ocorrerão no penúltimo dia do mês quando se anuncia para a próxima terça-feira — dia de Todos os Santos — a discussão do projeto de estatuto. Nas redações da **Máscara** e do **Independente** os interessados poderiam associar-se. Convidavam-se para a sessão todos os jornalistas e escritores que desejassem tornar-se membros da Associação.

O interregno entre a fundação e a instalação, mostra não terem sido fáceis os primeiros passos da novel instituição.

Em 5 de dezembro, segundo o **Correio do Povo** e repetido em **A Federação** do dia nove, A. Moura Toscano, em nome do Vice-Presidente convocava os sócios para instalarem a Associação Rio Grandense de Imprensa no próximo dia 12. Notícia do dia seguinte, confirmou ter ocorrido a reunião na sede da revista **Máscara** para leitura e aprovação do estatuto e eleição da diretoria. De Souza Júnior leu o anteprojeto de Estatuto. Com ligeiras emendas foi **unanimemente aprovado**.

A primeira diretoria ficou assim constituída:

Presidente	Cel. João Maia
Vice-Presidente	Tenente Paulo Bidan
1º Secretário	De Souza Júnior
2º Secretário	Arthur Moura Toscano
Tesoureiro	Octaviano M. de Oliveira
Procurador	Hugo Barreto
Bibliotecário	João Costa

Grande número de pessoas compareceu à solenidade de posse da diretoria. Terminada a festividade, a diretoria reuniu-se para deliberar sobre **negócios sociais**.

A realidade jamais deixa de exigir fundos e os cabeças institucionais têm que pôr as suas imaginações a serviço dos cofres associativos. A sessão aprovou a proposta de aceitação de ofertas de casas de diversões para realizar festivais benéficos visando recursos para a caixa. Houve pedidos de admissão de novos sócios, encaminhados ao setor competente. Um apelo foi feito aos jornalistas de outros municípios para se inscreverem no quadro associativo. De Souza Júnior, à rua dos Andradas, 215 e A. Toscano, à rua da Azenha, 24, estavam aptos a receber os pedidos interioranos. A entidade nasceu sem sede, os seus membros reuniam-se na redação da **Máscara** ou em algum outro órgão de imprensa.

A instalação foi festejada com um telegrama congratulatório da A.B.I. O espaço de cerca de um quarto de coluna, ou pouco menos, noticiando a criação da entidade máxima dos jornalistas, contrastava, em um dos informantes, com a página fronteira integralmente dedicada ao Grêmio, campeão de futebol do ano, ilustrada com fotos de todos os atletas. Como se vê, pouca mudança desde então.

No início do ano seguinte materializaram-se as aspirações das burras sociais. Amplamente noticiadas, a cessão e a sessão no Cine-Teatro Guarani com a passa-

gem da fita de título bastante expressivo para a ocasião e finalidade: **O homem da loteria** antecedido pelo **Jornal da Universal**.

O verão de 1921 foi bastante prolífico em reuniões de Diretoria. Instituiu-se a **Carteira de jornalista** só concedida a sócios **em efetividade profissional**. Os interessados obteriam-na junto ao tesoureiro. Para os colegas do interior, custava \$5000 mais \$500 de porte.

Há registro de uma reunião efetuada na sede do **Independente** sem qualquer informação sobre o tratado.

A primeira interferência da Associação junto à comunidade não demorou e teve caráter pacificador. Uma desavença entre o **Centro Musical** e os proprietários de casas de Diversões foi dirimida por uma comissão formada por Roque Callage, Hugo Barreto, Benevenuto Coccetta e Francisco Xavier da Costa.

As atividades sociais prosseguiram a todo o vapor. Foram admitidos como sócios os doutores Waldemar Vasconcelos, João Carlos Machado que teria papel decisivo, posteriormente, na vida da Associação, João Bonumá, e os senhores Arno Philipp, João Belém, Octaviano Alencar, Manoel Rodrigues e, pasmem os eventuais leitores, a Senhorita **Aracy Gusmão**. Faziam apenas quatro anos ou pouco menos que um Juiz de Comarca recusara o direito de voto à notária de Rio Pardo. Até que a Associação de Imprensa daqueles tempos estava à frente da época.

Além da admissão de uma representante do **belo sexo**, como então se dizia, outra deliberação merecedora de maior destaque foi a criação de um boletim mensal como órgão da Entidade.

A Associação continuou aumentando os quadros com regularidade. A grande realização do quadrimestre foi o aparecimento do órgão oficial denominado **IMPRENSA**. Paulo Bidan era o Diretor de Redação e A. Moura Toscano, o gerente.

IMPRENSA foi muito bem recebido pelos colegas locais. Um deles afirma:

O novo orgam (...) apresenta agradável feição intelectual (...).

Do Rio de Janeiro vêm os maiores encômios. O **Boletim Mundial** daquela cidade congratula-se com a notícia do surgimento de uma publicação nos moldes da que edita e acrescenta:

É claro que só temos motivos para felicitar a adeantada resolução dos dignos membros daquela Associação de intelectuais gaúchos.

(...) que encontre o futuro colega que tem o bem escolhido título de IMPRENSA vida próspera e merecedora de apoio, que seja dito de passagem, nem sempre temos encontrado, são os votos sinceros que aqui registramos envoltos com as homenagens que nos mereceu tão douta associação

Da **IMPRENSA** encontrou-se notícias da edição de nove números entre a fundação e o seu desaparecimento sem deixar rastros. Não se conseguiu localizar nenhum exemplar em bibliotecas, em relações de jornais classistas e nem na memória da cidade.

Ao se completar o primeiro semestre do ano, a Associação tomou duas decisões de maior destaque, alugar uma sede e registrar o estatuto.

Na sede, sala situada à rua dos Andradas número 317, deveriam funcionar a diretoria, a redação de **Imprensa** e uma biblioteca para os sócios, a ser posteriormente instalada.

A inauguração da sede ocorreu na sessão de 18 de junho. Na ocasião estabeleceu-se o horário provisório de funcionamento entre 19,00 e 21,00 horas. Nesta oportunidade, a diretoria substituiu o bibliotecário eleito, demissionário, por Figueiredo Filho.

O secretário comunicou o registo do estatuto cujo artigo primeiro define a que veio a Associação Rio-Grandense de Imprensa:

Da associação e seus fins

Art. 1º – A Associação Rio-Grandense de Imprensa tem por fim: conservar sempre elevado o nível da classe, ser um elemento de propaganda nacional, aproximar os jornalistas rio-grandenses entre si, amparar moral e materialmente, os seus associados no limite justo e do possível com especificidade nos problemas da vida jornalística, para tanto se conseguir a Associação se obriga a:

1. *Criar e manter logo que seus recursos o permitam uma caixa de pensões-auxílios para no caso de necessidade, socorrer os associados e suas famílias;*
2. *Criar e manter serviços desenvolvidos de relações entre a imprensa RIO-GRANDENSE e a nacional;*
3. *Manter uma biblioteca em que figurarão os melhores autores estrangeiros e nacionais, especialmente aqueles que se ocupem do jornalismo;*
4. *Solenizar a data aniversária da fundação da Imprensa no Brasil;*
5. *Manter uma sede social em Porto Alegre a qual será franqueada dia e noite aos associados;*
6. *Promover a constituição de um Tribunal de Imprensa, destinado a julgar conflitos jornalísticos que pelas partes interessadas forem submetidos a sua apreciação;*

Em nenhuma das seis obrigações transcritas, está consignada a de defesa da liberdade de expressão. A respeito só restam conjecturas. Temerárias evidentemente. Pretendiam, os associados, implícita nas finalidades? Politicamente, não seria recomendável fazê-la constar? A diversidade de filiações partidárias dos homens

de jornal e as diferenças expressas em seus escritos permitiria uma interpretação distinta de liberdade de imprensa? Ou a liberdade de imprensa assegurada na Constituição Estadual dispensava a citação?

As informações referentes aos meses de julho e agosto são noticiadas resumidamente. No primeiro daqueles meses, a Associação mandou rezar missa pela alma do jornalista Paulo Barros, diretor do jornal **A Pátria**. A solenidade foi muito prestigiada e teve o concurso musical do maestro Alberto Volkmer. Em agosto, foi facultado o uso do distintivo oficial, semelhante ao da A.B.I. Os interessados em ostentá-lo deveriam passar na tesouraria. Houve, também, a admissão de novos sócios.

Em setembro, ocorreu a reunião em que foram marcadas duas assembléias gerais, uma para 4 de outubro, com a finalidade de constituir a Comissão de Contas e tomar conhecimento do relatório presidencial, outra, quinze dias após, para eleger a nova diretoria. Aprovada, ainda a moção criando a **Galeria Jornalística** a ser inaugurada com o retrato do falecido homem de imprensa Pedro Bernardino de Moura, fundador do jornal **Echo do Sul** publicado na cidade do Rio Grande. Na oportunidade, foi participada a saída, no dia 13, do sexto número de **Imprensa**. Este boletim mantinha-se bastante ativo, enquanto que a grande imprensa pouco divulgava a Associação.

A primeira das assembléias previstas, por falta de quórum na data marcada, realizou-se no dia sete. Foi presidida pelo Major Tancredo Fernandes de Mello. Eleger para a Comissão de Contas os seguintes membros: Alcides Antunes, Germano Gundlach e João Obino. A solução mais importante, porém, foi a aprovação da proposta do major Presidente delegando poderes à diretoria para protestar **contra o atentado à liberdade de imprensa cometido em Aracaju**.

A Entidade, com essa atitude, tomava, ao que parece pela primeira vez, uma posição consentânea com suas finalidades, mesmo que como foi observado, nada constasse a respeito nas disposições estatutárias.

Votos de louvor ao Presidente, pelo relatório, e ao segundo Secretário receberam aprovação unânime. Ficou acertada a realização da próxima assembléia para o dia 15, quando se deveria discutir o parecer da Comissão de Contas, eleger a nova diretoria e inaugurar, na sede, o retrato do Fundador do **Echo do Sul**. Outra vez, a falta de número transferiu a assembléia para o dia 18. Instalada às 17,30 horas, aprovou o parecer da Comissão de Contas e eleger a seguinte diretoria:

Presidente	Cel. João Maia (reeleito)
Vice-Presidente	Teófilo Borges de Barros
1º Secretário	Arthur de Moura Toscano
2º Secretário	Germano Gundlach
Tesoureiro	Dr. Alcides Antunes
Procurador	João Obino

Somente o presidente foi reeleito para o mesmo cargo. A posse da nova diretoria teria lugar no mês seguinte, conforme **A Federação**.

O presidente Maia assumiu a direção de **Imprensa**. Para melhorar as finanças, dada a falta de êxito de ofertas de sessões cinematográficas, apelou para a organização de **festivais músico-literários**.

A comissão encarregada de executar o aprovado constituiu-se dos seguintes nomes: Coronel João Maia, Renato Costa, Teófilo de Barros, Oldemar Rohrig, Nelson Cardia e Arthur de Moura Toscano.

Na sessão seguinte, foi apresentado o balanço encerrado no início do mês. A Associação contava com 366\$000. Não era uma situação das mais folgadas. Resolveu a Diretoria, realizar as festas músico-literárias mensalmente. O que não lhe faltava era otimismo. A primeira delas foi marcada para o dia 24 de novembro com a ressalva *provavelmente*. O Teatro São Pedro, a ser solicitado ao Governo do Estado, seria o palco onde escritores e poetas compareceriam como astros da festividade.

Sob denominação de **Hora literária**, após duas transferências de datas, realizou-se a primeira das festividades, programadas em 15 de dezembro. Como se percebe, não era fácil efetivar solenidades arrecadadoras de recursos.

A programação anunciada mais de uma vez, é reproduzida com a finalidade de mostrar um pouco da Porto, Alegre culta de então.

Conferência do Dr. Fabio de Barros;

Declamação de Eduardo Guimarães – Poesias de sua lavra;

Declamação da senhorita Aracy Gusmão: *O tesouro dos tristes* de Hermes Fontes e o soneto de sua autoria, *Ascensão*.

Conferência de De Souza Júnior intitulada: *Vote for Woman*, ilustrada por Neri;

Senhorita Diva Braga: *Berceuse e a Terceira Balada A e B* de Chopin

Bruthus Pereira: *Dance Grecque Ancienne de Nieman e La Catedral englutie de Debussi*. Esta última, precedida de uma interpretação rítmica de Eduardo Guimarães.

A Associação recebeu líquido, do empreendimento a quantia de 533\$000 o que quase lhe triplicou o dinheiro em caixa.

A próxima informação data do ano seguinte. Em meados de março a imprensa participou o fim das férias da Associação. A primeira sessão de diretoria aprovou a realização de mais uma **Hora literária** e encarregou uma comissão de tomar as providências necessárias. Os membros, exceto João Maia e Oldemar Rohring, foram os mesmos da que executou a primeira **Hora literária**.

O noticiário permite concluir ter sido difícil o desempenho da Comissão. A festividade foi marcada e desmarcada várias vezes. Houve preparativos para a primei-

ra quinzena de maio quando seria comemorado o Dia da Imprensa. A Comissão contava com uma conferência literária a ser proferida pelo Dr. Mário Totta. Helena Pereira declamaria, Aldo Mota faria uma palestra e seriam distribuídas fotografias de Hipólito José Pereira, fundador do Correio Brasiliense e *fac-simile desta primeira publicação*.

Transferida para 25 de maio a solenidade foi anunciada com o seguinte programa: Primeira parte: o Dr. João Carlos Machado falaria sobre Poesia boêmia; Helena Pereira declamaria poesias de autores nacionais. Na segunda parte, Aldo Motta dissertaria sobre *A rosa flor de glória e de piedade*. A grande Orquestra do Centro Musical tocaria a *Sinfonia da Ópera Raymond de A. Thomas, Romance em Fá de P. Tchaikowsky e Minueto Scherzo de E. Adler*. Não se confirmava a colaboração do Dr. Mário Totta e nem a distribuição das reproduções antes anunciadas. Avisou-se, pela imprensa haver ainda ingressos à disposição do público apesar da franca venda dos mesmos. A transferência para primeiro de junho, sabida devido ao pedido feito ao Dr. Borges de Medeiros, com a finalidade de garantir a cessão do teatro, mostra ter havido mais ingressos em oferta do que vendidos... A alegação: *motivo de força maior que impediu realizar-se, ontem o festival literário da Associação*. Em primeiro de junho, finalmente saiu o espetáculo. Teve, para abrilhantá-lo, uma banda da Brigada Militar tocando no saguão do teatro. Deste festival, a imprensa não publicou prestação de contas.

Novos sócios foram recebidos pelo quadro social: Tenente Adalberto Moreira, Hugo Metsler, Cícero Soares, Athos Damasceno Ferreira, Dr. Pedro Vergara, Alceu Wamosi, Eduardo Guimarães e Lucas Barreto.

Se no mês de maio não se realizou o festival, nem por isso a Associação ficou inativa. No dia 13, em sessão de assembléia presidida pelo Dr. Eurico Lustosa, foi inaugurada, na sede social, a **Galeria jornalística** com o retrato de Bernardino de Moura. O elogio biográfico do fundador do **Echo do Sul** foi feito pelo Major Tancredo de Mello que falou sobre o ambiente jornalístico de 1885, a atuação do homenageado e na peroração registrada como **bela**, fez a apologia da liberdade de imprensa. Foi a segunda manifestação sobre o assunto na Entidade e feita pelo mesmo manifestante. Teria havido outras e outros? Nessa oportunidade foi descerrado um quadro protegendo o número inicial do primeiro jornal impresso na Capital: o **DIÁRIO DE PORTO ALEGRE**. Muitos anos depois, um responsável pelo acervo bibliográfico da ARI andou tentando recuperar, o referido número, com ou sem moldura. Fracassou. O exemplar foi ofertado pelo orador citado que expôs um exemplar do **Carijó** de 1883 e vários números do **Echo do Sul** dos anos 1857 e 1876, jornais editados pelo homenageado.

No encerramento, o Presidente da solenidade agradeceu a honra de ter dirigido os trabalhos e concitou os jornalistas a não esmorecerem nos esforços destinados ao engrandecimento do Grêmio dos Jornalistas. Se a Associação não estivesse atravessando dificuldades, obviamente não haveria razão para essas palavras. Quase no fim do ano, na **Ilustração Rio-Grandense**, onde a data de fundação da Entidade não corresponde à verdadeira, o seguinte trecho dá uma idéia da realidade:

(...) a Associação Rio Grandense de Imprensa, que acaba de entrar em seu terceiro ano de existência, vencendo já grande etapa, a despeito da má vontade de uns e da indiferença de outros.

Assistiram a sessão, como representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, os senhores Doutores Florêncio de Abreu e Eduardo Duarte.

Sendo 1922 um ano de grandes festividades cívicas, chama a atenção a completa ausência da Associação nas solenidades. A única referência ao acontecimento é uma carta enviada à Diretoria pelo Dr. Luiz Coelho da Silva, solicitando apoio moral do Grêmio para a mostra de **jornais nacionais deste Estado**, que pretendia fazer no Rio de Janeiro na Exposição comemorativa ao Centenário da Independência. Frisando **jornais nacionais deste Estado** o proponente desejava, com certeza, excluir a imprensa estadual publicada em línguas estrangeiras. A solicitação foi aprovada e a Diretoria autorizada a dirigir-se a imprensa estadual pedindo exemplares para esse fim. Uma condição foi imposta a Coelho da Silva, repetir, oportunamente, em Porto Alegre a exposição.

Foram admitidos como sócios, em maio, Dionélio Tubino Machado, Alcides Barros Cassal e as irmãs poetisas Revocata Heloiza de Mello e Julieta de Mello.

Em meados do ano foram eliminados 22 sócios, de acordo com o artigo 11 das disposições estatutárias. Foi uma resolução enérgica. O **reide Lisboa-Rio de Janeiro**, realizado por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, teve um voto de congratulações registrado em ata. O oitavo número de **IMPrensa** foi anunciado para sair em primeiro de julho.

Teve grande repercussão na Diretoria o projeto apresentado pelo Senador Adolpho Gordo regulamentando a liberdade de imprensa. Um memorial defendendo os pontos de vista locais foi remetido a quem de direito. Infelizmente, a imprensa não publicou a argumentação da Entidade. Associaram-se Arnaldo Dutra, Eduardo Pacheco e Ernani Fornari.

Se o fundador da Associação Rio-Grandense de Imprensa não viu sua pregação ser bem sucedida em Rio Grande e em Pelotas, a sua ideia ensejou o aparecimento de uma congênere em Bagé. Em fins de setembro de 1922, na Rainha da Fronteira, interessados resolveram fundar uma entidade jornalística intitulada **ASSOCIAÇÃO BAGEENSE DE IMPRENSA** Finalidade: propugnar pelos interesses da classe; pretensão: realizar sessões literárias com fins beneficentes. Uma reunião havida no jornal **O Dever**, em 26 de setembro, elegeu a seguinte diretoria com posse marcada para 12 de outubro.

Presidente honorário	Major Jorge Reis
Presidente	Adolfo Luiz Dupont
Vice-Presidente	Dr. Romeu Borba
1º Secretário	Demétrio Ribeiro Sobrinho
2º Secretário	Manoel Albano Reis
Tesoureiro	Benito Galibert

Adjunto	Fernando Borba
Bibliotecário	Octávio dos Santos e Alexandre Costa
Conselho Fiscal	Fanfa Ribas
Dr. Caio de Carvalho	
Cel. Vicente Lucas de Lima	
Waldemar Laranjeira	
João C. Leite	

Para a elaboração do Estatuto foi eleita a seguinte comissão: Dr. Gonçalves Marinho, Dr. Arnaldo Faria, Dr. Romeu Borba, Alexandre Costa e Demétrio Ribeiro Sobrinho.

A posse da Diretoria não se realizou na data prevista, mas sim a 4 de novembro, segundo **A Federação**. A novel sociedade modificou a denominação primitiva, passou a chamar-se **ASSOCIAÇÃO DE IMPRENSA DA FRONTEIRA** com sede na cidade de Bagé. Aumentou, portanto, o seu raio de ação. Infelizmente não houve possibilidade de se apurar mais nada a respeito dessa iniciativa bageense.

Aproximando-se o término do período para do qual fora eleita, a Diretoria da Associação Rio-Grandense de Imprensa convocou assembléia geral para do dia 4 de outubro. Na ordem do dia: Apreciação do relatório presidencial e eleição da Comissão de Contas. Outra, uma quinzena após, deveria eleger a nova diretoria. A reunião efetuou-se dois dias depois. Antecipou-a uma de diretoria, onde foram admitidos como sócios: João Teodorico Ribeiro, de Santa Vitória do Palmar e Ernesto Rotermund, de São Leopoldo.

A Assembléia elegeu para a Comissão de Contas: Arno Philipp, Ignacio Cardoso e Dioclécio Carvalho e resolveu marcar para o dia 16, a discussão do parecer da Comissão de Contas e eleger a Diretoria a ser empossada em 4 de novembro.

Na data marcada, sob a presidência do Dr. Ignacio Cardoso, a Assembléia aprovou o parecer da Comissão de Contas, a proposta de titular como presidente honorário da Associação o Coronel João Maia e inaugurar o seu retrato na sede. Arthur Moura Toscano teve um voto de louvor inserto em ata. Foi eleita por maioria de votos a seguinte diretoria:

Presidente	Dr. João Carlos Machado
Vice-Presidente	Roque Callage
1º Secretário	Aldo Motta
2º Secretário	Germano Gundlach
Tesoureiro	A. Moura Toscano
Procurador	Moacir Godoi Ilha
Bibliotecário	Dionélio Machado

No período decorrido entre a eleição e a posse, foram aceitos como sócios os jornalistas: Edmundo Souza Gomes, de Encruzilhada; Dr. Ildefonso Carvalho, Sílvio Mignone e Luis Cassaneli de Pelotas.

Na tomada de posse da nova diretoria, o grêmio contava com 84 sócios, inclusive 18 correspondentes de diversas localidades do Estado.

Agradecendo a eleição, o Presidente João Carlos Machado declarou esperar a colaboração dos colegas para continuar **com êxito a obra de consolidação do grêmio jornalístico praticado pela Diretoria anterior (...)** e ofereceu-lhes um churrasco a ter lugar no domingo seguinte. Infelizmente, um temporal transferiu-o para outra oportunidade.

Os festejos comemorativos da elevação de Porto Alegre à categoria de cidade, apesar de sua repercussão na coletividade, não assinalou qualquer manifestação da Entidade.

As finanças sociais não deveriam andar muito bem, pois, a Associação transferiu-se para uma sala **gentilmente cedida** pelo Clube Caixeiral, à rua Vigário José Ignácio.

Logo após assumir, a nova Diretoria recebeu da **Associação Brasileira de Imprensa** um apelo para manifestar-se no sentido de garantir as liberdades dos jornais **REBATE** de Pelotas, **CAMAQUÃ** de São João de Camaquã. O diretor do último jornal citado estava na iminência de ser preso e a folha saíra de circulação. Não houve, sobre o assunto, divulgação de qualquer manifesto da entidade jornalística gaúcha o que presume omissão.

Em cumprimento à disposição estatutária, pretendeu a diretoria organizar a caixa de pensões e auxílios. Uma assembléia geral convocada para debater o assunto foi transferida duas vezes por falta de número. Reunida sob a presidência do Dr. Luiz Coelho da Silva, o Presidente João Carlos Machado expôs o plano unanimemente aprovado sob denominação de **Caixa de Beneficência**.

O noticiário sobre a Associação só reaparece na segunda quinzena de março de 1923, apesar de não ter havido interrupção das atividades. No dia 17 desse mês, reuniu-se, conforme convocação, na sede social à Praça Senador Florêncio – nova mudança de endereço – para deliberações extremamente importantes a assembléia geral. Presidida pelo Tenente Paulo Bidan. Seguindo a ordem da convocação, elegeu-se, por maioria absoluta de votos, como procurador, Arlindo Teixeira. Nenhuma manifestação sobre a saída do procurador eleito Moacir Godoi Ilha. Uma crise fervilhava na Associação como se depreende do discurso do Presidente Machado que pede aos presentes para se

manifestarem definitivamente sobre a pretensa incompatibilidade aqui e alhures levantada, entre sua condição de presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa e sua qualidade de procurador do Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, no processo que, por crime de injúria, move contra o jornal local ÚLTIMA HORA.

Inusitadamente, o Presidente da assembléia levantou a seguinte questão de

ordem: se a Comissão de Sindicância, a quem estatutariamente incumbia manifestar-se toda vez que um associado houvesse praticado atos prejudiciais aos interesses sociais, havia opinado? O secretário Aldo Motta informou que não houve tal manifestação, o Presidente continuava a merecer aplausos dos consócios tendo a Diretoria, em sessão ordinária, aprovado moção de confiança a ele. Continuando, disse considerar prejudicado o requerimento de um voto de confiança ao Dr. Machado, por **não ser objeto da convocação**

Com a palavra, o Dr. Dionélio Machado expôs os motivos que levaram o Presidente a solicitar à Assembléia Geral, um pronunciamento mesmo não havendo representação contra a sua conduta.

O Secretário Aldo Motta retorna para explanar o seu pensamento e conclui, com muita razão, a existência da **incompatibilidade apontada**. O Dr. Dionélio Machado replica que pelas próprias disposições regulamentares citadas pelo orador precedente, **não haver incompatibilidade de nenhuma ordem entre a ação social e a conduta profissional seguida pelo Presidente da Associação**. Deixando de lado o caso Borges de Medeiros contra **Última Hora**, o Dr. Dionélio Machado formulou a seguinte questão submetida à Assembléia: reconhecia ela a pseudo-incompatibilidade? O Colegiado, por 14 votos a um manifestou-se pela inexistência da mesma. O Secretário Motta, diante do resultado, demitiu-se do cargo e de associado.

A situação criada com o caso Última Hora deve ter desprestigiado a Associação perante as congêneres. A ABI, diante da ação policial contra jornalistas, manifesta-se, não mais através da Associação Rio Grandense de Imprensa, mas diretamente ao Presidente do Estado. Em telegrama datado de 14 de abril de 1923^(*), estranhou a falta de resposta da autoridade à correspondência enviada sobre a prisão do Jornalista Batista Luzardo em Uruguaiana e solicitou providências contra o atentado à liberdade de imprensa sofrido pelo jornal Última Hora.

Examinando o ocorrido, após setenta anos e comparando com situações semelhantes enfrentadas pela ARI, estranha-se que apenas 15 dos 84 sócios estivessem presentes e um número tão reduzido deliberasse sobre um problema ético daquela importância.

Em situação de discórdia entre um órgão de imprensa e o Governador do Estado, pouco antes de 1964, como fosse de justiça, a ARI tomou posição favoravelmente ao jornal, apesar da afobação do representante deste, e do Governador ser associado da Entidade. Examinada com a maior isenção, a atitude do Presidente Machado e a do seu defensor são difíceis de aceitar e é de se duvidar que o último, com o passar dos anos, amparasse um advogado do Presidente do Estado.

(*) O telegrama citado pertence ao Arquivo Borges de Medeiros. Foi revelado ao autor pelo confrade Sérgio da Costa Franco.

O episódio teve consequências funestas. No restante do ano, o noticiário referente à associação foi escasso. Há o registro de uma carta da família de Rui Barbosa agradecendo pêsames. Algum tempo após, manifestou-se contra a regulamentação da liberdade de imprensa que voltara ao Congresso. Telegramas neste sentido foram expedidos à A.B.I. e à congênere do Pará, protestando solidariedade toda resistência legal possa ser oposta inominável atentado. Foi, esta, a última manifestação de relevo da Entidade. Em fins de junho, noticiava-se a publicação do último número de *Imprensa*. Era ilustrado, destacando-se a nitidez dos clichês.

Em outubro, mês aprazado para escolher uma comissão de contas e tomar conhecimento do relatório da Diretoria, sem qualquer esclarecimento, saiu a convocação da assembléia geral por ordem do Vice-Presidente. A reunião dos sócios quites com a tesouraria, deveria realizar-se na sede provisória, à rua General Vitorino, 47, onde funcionava o *Neue Deutsche Zeitung*. Marcada, para 2 de novembro, por falta de número, foi transferida para o dia 8 do mesmo mês. O novo edital exigiu um mínimo de 12 sócios presentes. Dirigiu esta assembléia Juvenal Barbosa. Leu o relatório o vice-presidente em exercício, Dionélio Machado. Como passou de bibliotecário a vice-presidente é um mistério. Inferência de grande crise em virtude do episódio Última Hora não deve fugir a verdade. Não constam no noticiário, como das outras vezes, os nomes dos componentes da Comissão de Contas. Nessa oportunidade, foi designado o dia 16 para eleição da nova diretoria – período 1923/1924. Nem nesse dia e nem no marcado para a segunda convocação, houve número que permitisse o funcionamento da assembléia.

Em 21 de novembro, reuniu-se a Diretoria, analisou a situação financeira e resolveu nomear uma comissão constituída por Glauco Alves, Figueiredo Filho, Dionélio Machado, A. Moura Toscano e Ernesto Pelanda para reformar o estatuto. O projeto deveria ser apresentado no prazo de 30 dias. Foi o último comparecimento da Associação Rio-Grandense de Imprensa nas páginas dos jornais de Porto Alegre.

A exposição mostra não ter sido fácil a efêmera trajetória da Associação de Imprensa. Dificuldade de quórum nas assembléias, falta de recursos que a direção procurou sanar através de sessões de cinema ou lítero-musicais, falta de cooperação primária de sócios – culminando no desligamento, em uma única vez, de 22 associados quando os cofres não transbordavam recursos – são fatores explicativos dos poucos avanços conseguidos. Contam pontos favoráveis, os nove números de *Imprensa*, o apelo aos jornalistas interioranos para ingressarem no grêmio, a admissão de mulheres quando a discriminação era corrente, a criação da Caixa de Pensões e Auxílios, a interferência benéfica na pendenga Centro Musical contra proprietários de Casas de Diversões. Estranho é a ausência da Associação nos festejos do Centenário da Independência, em casos de restrição da liberdade de imprensa. A manifestação contrária ao projeto do Senador Gordo lembra mais uma pressão governamental. Lamentável e incompreensível a atitude do seu último presidente. A ética impossibilitava-o de representar contra um jornal e principalmente

contra um associado da Entidade. No seu melhor tempo, a Associação deve ter tido em torno de cem membros, neste trabalho constam o nome de 59 que são repetidos em anexo.

ANEXO

Associação Rio-Grandense de Imprensa

ALENCAR, Octaviano	GUNDLACH, Germano
ALVES, Glauco	GUSMÃO, Aracy
ANTUNES, Alcides	ILHA, Moacir Godoi
BARRETO, Hugo	LUSTOSA, Érico
BARRETO, Lucas	MACHADO, Dionélio Tubino
BARROS CASSAL, Alcides	MACHADO, João Carlos
BARROS, Teófilo	MAIA, João
BELÉM, João	MELLO, Julieta
BIDAN, Paulo	MELLO, Revocata Heloiza
BONUMÁ, João	MELLO, Tancredo Fernandes
CALLAGE, Roque	METSLER, Hugo
CARDIA, Nelson	MIGNON, Sílvia
CARDOSO, Ignácio	MOREIRA, Adalberto
CARVALHO, Dioclécio	OBINO, João
CARVALHO, Idelfonso	OLIVEIRA, Octaviano
CASSANELLI, Luiz	PACHECO, Eduardo
CINCO PAUS, Mário	PELANDA, Ernesto
COCETTA, Benevenuto	PHILIPP, Arno
COSTA, Francisco Xavier	RIBEIRO, João Teodorico
COSTA, João	RODRIGUES, Manoel
COSTA, João Jacinto	ROHRIG, Oldemar
COSTA, Renato	ROTERMUND, Ernesto
DE SOUZA JUNIOR	SILVA, Luiz Coelho
DUTRA, Arnaldo	SOARES, Cícero
FERREIRA, Athos Damasceno	TEIXEIRA, Arlindo
FIGUEIREDO FILHO	TOSCANO, Arthur M.
FORNARI, Ernani	VASCONCELOS, Waldemar
GOMES, Edmundo Souza	VERGARA, Pedro
GUIMARÃES, Alfredo	WAMOSI, Alceu
GUIMARÃES, Eduardo	

OSWALDO ARANHA E O COMBATE DO SEIVAL

Corálio Bragança Pardo Cabeda

O Dr. Luiz Aranha Corrêa do Lago acaba de lançar biografia de seu ilustre avô, intitulada "Oswaldo Aranha, o Rio Grande e a Revolução de 1930: um Político Gaúcho na República Velha" (Rio, Nova Fronteira, 1996).

Em seu capítulo 7, aborda a participação do então intendente de Alegrete no movimento revolucionário de 1926, que culminou no grave ferimento sofrido no Combate do Seival, em 25 de novembro daquele ano, e o seu conseqüente afastamento da luta.

As controvérsias que cercam o episódio, comentadas pelo autor, decorrem, a nosso ver, das dificuldades em reconstituí-lo, eis que as fontes primárias estão muito dispersas, exigindo grande esforço e dispêndio de tempo para a sua coleta, seleção e análise.

Em conseqüência, parcela substancial dos autores que têm tratado o assunto recorre a fontes secundárias, contribuindo para disseminar inexatidões e equívocos bastante freqüentes.

Familiarizados com esses obstáculos, que não poucas vezes obrigaram-nos a reiniciar a tarefa e a rever informações, conscientes também das limitações das fontes primárias, procuraremos reconstituir os episódios em torno daquele combate.

1. Antecedentes

Na noite de 13 para 14 de novembro de 1926, sargentos das guarnições de São Gabriel e Bagé tentaram a sublevação do 9º Regimento de Cavalaria Independente (9º RCI) e da 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia a Cavalo (1/3º GACav).

Esses levantes prematuros, feitos à revelia do general Isidoro Dias Lopes, chefe militar da revolução e exilado em Paso de los Libres (Argentina), comprometeria o movimento em preparo.

Retirando-se os revoltosos de São Gabriel para a região de Caçapava e presos os de Bagé, o comando da 3ª Região Militar (3ª RM), ainda no dia 14, determinava o deslocamento de Santa Maria para aquela cidade, do 4º Esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (IV/1º RC BM).

Dois dias depois, na madrugada de 16 de novembro, eclodia novo levante, dessa vez em Santa Maria, envolvendo o 5º Regimento de Artilharia Montado (5º RAM) e o 7º Regimento de Infantaria (7º RI), além de algumas praças do Grupo de Esquadrilhas de Aviação (GEA)

A rebelião era liderada pelos tenentes Alcides e Nelson Gonçalves Etchegoyen, Iguatemy Graciliano Moreira e Heitor Lobato Valle.

Não podendo manter-se na cidade, devido à resistência oposta pelo 1º RC BM e pelo Contingente Auxiliar (“provisórios”) de Cachoeira, e ante a previsível ameaça da chegada de reforços para o inimigo, os rebeldes abandonaram a cidade na madrugada seguinte.

Eram 350 homens, aproximadamente, dos quais apenas uns 150 montados, duas peças de artilharia e três metralhadoras pesadas Hotchkiss. Os soldados eram quase todos recrutas em início do período de instrução, vale dizer, com escasso valor militar.

As duas peças de artilharia foram abandonadas no interior do município, por embaraçarem a marcha e serem inúteis para o tipo de campanha a iniciar.

2. Providências do Governo

Pressentindo a amplitude do movimento revolucionário e seus possíveis dobramentos, o comando da 3ª RM providenciou novo deslocamento de forças para a região.

De São Leopoldo, seguiu o 8º Batalhão de Caçadores (8º BC) para São Gabriel; Cacequi, importante entroncamento ferroviário, foi ocupado por 50 praças do Depósito de Remonta de São Simão e um contingente do 7º Batalhão de Caçadores (7º BC) partiu de Porto Alegre para Santa Maria. Paralelamente, decidiu-se organizar um destacamento a fim de perseguir e bater os revoltosos.

O comando do destacamento foi confiado ao major Luiz Carlos de Moraes, comandante do Depósito de Remonta de São Simão, e postas à sua disposição as seguintes forças: 6º Regimento de Cavalaria Independente (6º RCI), de Alegrete, IV/1º RC BM, que estava em São Gabriel, “Corpo de Patriotas”, arregimentado pelo intendente de Alegrete, Dr. Oswaldo Aranha, no interior do município, mais o contingente que ocupava Cacequi.

3. O destacamento Major Moraes

Segundo o já então coronel Luiz Carlos de Moraes, “o Dr. Aranha, que no tempo era intendente de Alegrete, pediu-me que intercedesse junto ao Gen. Eurico [de Andrade Neves, comandante da 3ª RM], no sentido de ele, com um Corpo

Provisório do referido município, vir-se incorporar ao meu Destacamento. Encaminhei o pedido do Dr. Aranha ao Comando da Região, que anuiu. Não demorou muito, apresentou-se o Dr. Aranha e com ele o Corpo Provisório com 620 homens, mal organizado, sem fardamento e equipamento, mas com muito entusiasmo que lhe era transmitido pela personalidade do seu chefe. Entregou-me ele a força irregular, declarando-me, então, que na qualidade de intendente do município acompanharia o Destacamento, sem comando embora.”⁽¹⁾

O efetivo inicial do destacamento era de “mil e poucos homens, sendo 620 do Dr. Aranha e quatrocentos e pouco entre um Esquadrão da Brigada Militar e tropa do Exército. Assim, pois, a maioria do Destacamento era formada de tropas muito irregulares.”⁽²⁾

No dia 20 de novembro, em composição ferroviária, partia o destacamento de Cacequi para a estação de Bela Vista (hoje Tiaraju), no município de São Gabriel.

Mas, outro problema mais grave se apresentava ao comandante. O 6º RCI, também vindo de Alegrete, “era quase todo ele simpático aos revolucionários e por isso dele tirei todos os fuzis-metralhadoras e 140 homens somente.”⁽³⁾ O restante do regimento seria deixado em Bela Vista. Como se pode imaginar, “esse meu ato não agradou a muitos oficiais do Regimento, mas a medida se impunha por uma explicável prudência.”⁽⁴⁾

Assim, dos “mil e poucos homens” com que contava originalmente, o destacamento iniciaria as operações com o seguinte efetivo:

“Corpo de Patriotas” – comandante Dr. Oswaldo Aranha, 620 homens

6º RCI – comandante capitão Gustavo Adolfo Ramos de Mello, 140 homens

Contingente do Depósito de Remonta – 50 homens

IV/1º RC BM – comandante capitão Eugênio Henrique Krum, 99 homens

Total – 909 homens.

Entrementes, ocorrera novo, mas incruento, levante militar em São Gabriel. Ao entardecer do dia 19, o tenente Vicente Mário de Castro, acompanhado de 38 praças da 1ª Bateria do 6º Grupo de Artilharia a Cavalo (I/6º GA Cav) deixava o velho quartel do “Boi de Botas” para reunir-se aos companheiros sublevados.

4. Início das Operações

Ainda no dia 20, o major Moraes determinava ao IV/1º RC BM ocupar o Passo do Rocha, no rio Vacacaí, a fim de guarnecê-lo e esperar junção com o grosso do destacamento. A medida fazia-se necessária, pois notícias davam os rebeldes

- (1) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências da Revolta de uma Bateria do 5º Regimento de Artilharia em 1926*, Porto Alegre, 02.07.1944 (manuscrito em papel timbrado do IHGRGS), cópia no arquivo do autor
- (2) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.
- (3) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.
- (4) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.

de Santa Maria como tendo cruzado o banhado de Santa Catarina e penetrado no município de São Gabriel. Seus potreadores, em missão de arrebanhar cavalos para os soldados que marchavam a pé, haviam tiroteado com a peonada da região.

Na madrugada de 21, já reorganizado, iniciava o destacamento marcha em direção a Guabiju, onde foi informado que os rebeldes haviam sido avistados nos matos do Vacacaí, entre os Passos do Rocha e do Camisão, divisa com o município de São Sepé.

Em face dessas informações, o major Moraes decidiu formar duas vanguardas: uma, sob o comando do major Laurindo Ramos, em direção a São Sepé, e a outra, pela estrada Passo do Rocha-Tapera, comandada pelo Dr. Oswaldo Aranha. O restante da tropa marcharia pelo eixo Santa Bárbara-Bossoroca.

Essas vanguardas tinham efetivo aproximado de 300 homens, escolhidos pelos seus comandantes entre o pessoal de Alegrete, acrescidos de um grupo de combate do 6º RCI para cada uma.

A missão dada aos vanguardeiros era descobrir e fixar o inimigo, dando tempo à chegada do grosso e à montagem da manobra. Para tanto, era imprescindível manter-se a ligação através do eixo referido.

Ao receber a orientação, “exaltou-se o Dr. Aranha, dizendo-me que estivesse eu tranquilo que ele não iria sacrificar a gente. Disse-lhe, então que estava no meu direito fazer-lhe observações de ordem militar, porque sabia estarem os revoltosos bem comandados e que dispunham de três metralhadoras pesadas.”⁽⁵⁾ Um sargento que abandonara a coluna rebelde fornecera informações sobre efetivo e armamento.

Encontrando o IV/1º RC BM no Passo do Rocha, o Dr. Oswaldo Aranha incorporou-o à sua força, causando grande contrariedade ao major Moraes.⁽⁶⁾

Nos primeiros dias de marcha, manteve-se a ligação recomendada. Em Tapera, soube-se que os rebeldes haviam passado por São Sepé e seguiam pela margem direita do rio desse nome, procurando o Passo da Bossoroca. Depois, silenciaram os vanguardeiros.

Com a falta de ligação, o major Moraes enviou um sargento com meio pelotão, a fim de reatá-la. Não retornou. Soube-se, mais tarde, que o Dr. Aranha também o incorporara.⁽⁷⁾

5. Combate de Retaguarda

Enquanto isso, eram acolhidas na estância do coronel Favorino Dias dos Santos, no Seival, 2º distrito de Caçapava, as duas forças sublevadas em São Gabriel.

O coronel Favorino era conhecido líder maragato daquele município e estava solidário com o movimento revolucionário. Em sua estância costumavam abrigar-se emissários do general Isidoro em serviço de ligação e Caçapava era um dos pontos de concentração previstos para o movimento.

(5) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.

(6) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.

(7) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.

Além da acolhida aos elementos do 9º RCI e da I/6ª GACav, o coronel Favorino reuniu um contingente civil de 73 homens, entre eles filhos, genros e antigos combatentes da Revolução de 1923, todos armados e municiados.

No dia 23, foram lançados vaqueanos à procura da coluna de Santa Maria, para guiá-la ao Seival.

O tenente Vicente Mário de Castro, ao abandonar São Gabriel, já possuía informações seguras sobre as medidas adotadas pela 3ª RM e a missão do Destacamento Major Moraes.

Realizada a ligação com a coluna de Santa Maria, esta prosseguiu a marcha, acantonando no Seivalzinho (passo do arroio Seival) ao final da manhã de 24.

Pressentida a aproximação do inimigo e como o terreno não se prestasse à defesa (várzea do arroio Seival), o comandante da coluna, tenente Alcides Gonçalves Etchegoyen, resolveu reencetar a marcha, deixando uma pequena força em ação de retaguarda. O inimigo que chegava era a vanguarda do major Laurindo Ramos. O Dr. Oswaldo Aranha e sua tropa acampavam a duas léguas de distância do passo.⁽⁸⁾

Nessa mesma tarde, realizava-se a junção das forças revolucionárias.

Segundo relatório do major Moraes, os rebeldes teriam sofrido 9 mortos e muitos feridos, não havendo baixas entre os governistas.⁽⁹⁾

Essa foi a ação do Seivalzinho, em 24 de novembro de 1926.

Suas conseqüências, entretanto, seriam funestas: “A vitória fácil do primeiro encontro do Seival devia mais tarde ser causa preponderante nos sucessos menos felizes do dia seguinte. Ao dar-me o Dr. Aranha notícia do sucesso do major Laurindo no dia 24, dizia-me: “a revolução não comporta mais um objetivo militar, pois é agora um caso policial”. O otimismo não deve ser coeficiente nas nossas cogitações militares. Com esses antecedentes todos, formando uma idéia errônea sobre o poder do adversário, feriu-se o segundo combate do Seival no dia 25. Se aos patriotas do Alegrete não faltavam a coragem e a bravura, de que era expoente o Dr. Aranha, para uma ação séria faltavam-lhes, porém, o método e a disciplina para enfrentarem tropas regulares, como então era a rebelde, constituída de praças e oficiais do 7º RI e outras unidades, providas de metralhadoras pesadas que, tudo levava a crer, seriam bem manejadas. Nessa suposição baseava a minha advertência ao Dr. Aranha, de não se empenhar a fundo sem a minha presença.”⁽¹⁰⁾

6. Combate do Seival

Ainda no dia 24, o tenente Vicente Mário de Castro efetuou o reconhecimento do terreno, tendo em vista a possibilidade de engajar-se combate nas

(8) Boletim da Brigada Militar nº 22, 27.01.1927, Aditamento à parte do Cap. Eugênio Henrique Krum, Cmt IV/1º RC da BM

(9) Relatório das Operações do Destacamento Major Moraes contra os Rebeldes no Movimento Subversivo da Ordem Pública em 1926, cópia gentileza de Gen. Heitor Fontoura de Moraes e do Cel. Claudio Moreira Bento.

(10) Relatório das Operações, cit.

próximas horas. Transmitindo suas sugestões ao “conselho de guerra” realizado na mesma noite pelos revolucionários, foram elas aprovadas.

Enquanto o major Moraes, com o restante do destacamento, pernoitava cerca de uma légua do Maricá, em direção ao Seival, as vanguardas do Dr. Oswaldo Aranha e do major Laurindo Ramos ocupavam o acampamento abandonado pela coluna de Santa Maria.

Os revolucionários passaram a noite em rigorosa prontidão. Uma rede de sentinelas duplas foi disposta, de modo a evitar surpresas e informar qualquer movimento no campo inimigo.

Descrevendo o dispositivo adotado pelos revolucionários, assim o resumiu o tenente Heitor Lobato Valle: “A posição que ocupamos no Seival era formada por três coxilhas dobradas, sendo a do centro de menor altura que as dos flancos. No setor do centro, sob meu comando, foram colocadas as 1ª e 3ª companhias do regimento de Santa Maria, tendo em cada uma das extremidades uma metralhadora pesada; na coxilha da direita, tomou posição o 9º de Cavalaria e na esquerda ficaram alguns piquetes do coronel Favorino e um piquete de Santa Maria; o 6º grupo ficou guardando a direção de Caçapava. De reserva ficaram a 2ª companhia do Regimento e uma metralhadora pesada.”⁽¹¹⁾

O dispositivo levava em conta a presença de forças governistas em Caçapava, sob a direção do Dr. João Neves da Fontoura, que poderiam acorrer ao local, e a guarnição de Lavras, onde aquartelavam o 13º Regimento de Cavalaria Independente (13º RCI) e um corpo de “provisórios”. Como se sabe, o Seival localiza-se na divisa dos dois municípios.

Quanto aos efetivos, as forças são equivalentes, entre 400 e 500 homens. Com as deserções, extraviados, mortos e prisioneiros, a coluna de Santa Maria chegou ao Seival com aproximadamente 300 homens, lá encontrando 50 do 9º RCI, 40 da I/6ª GACav e 73 do coronel Favorino⁽¹²⁾. O major Moraes atribui aos seus vanguardeiros aproximadamente 400 homens⁽¹³⁾.

Ao amanhecer de 25 de novembro, pelas 05:00 horas, rompe na várzea do Seival, em ordem unida, como se fosse participar de um desfile, a força governista. Não há reconhecimento em profundidade, nem segurança nos flancos. Marcha-se descuidadamente.

À distância de uns 600 metros, as metralhadoras concentram sobre ela nutrido e cerrado fogo, abrindo os primeiros claros.

Refeita da surpresa inicial, carrega tenazmente, procurando abrir brechas na linha adversária.

(11) VALLE, Heitor Lobato, O Último Movimento Revolucionário, in O Libertador, Pelotas, 20.04.1927.

(12) CASTRO, Cel. Vicente Mário de, Memórias, inéditas, manuscrito no arquivo do autor.

(13) Relatório das Operações, cit.

Esta, protegida por cercas de pedras, matos, afloramentos rochosos e desniveis de terreno, bate amplamente com seus fogos o terreno em frente.

As cargas doidas, suicidas, se sucedem, ora num, ora noutro flanco. Alguns, vêm morrer em cima dos defensores. Os mais atrevidos procuram lançar as metralhadoras, que ceifam homens e cavalos.

Em dado momento, o flanco esquerdo cede ante o ímpeto dos atacantes. É a ocasião de maior perigo, pois, pela brecha, pode ocorrer o envolvimento de toda a linha. Um grupo dirige-se sobre o centro do dispositivo e é rechaçado pelo tenente Iguatemy e pelos quatro serventes da metralhadora ali postada. Pela brecha vão entrando mais atacantes, ameaçando a retaguarda. Acorre, então, o tenente Vicente com seu pessoal e consegue fechá-la. Nos outros pontos da linha não têm melhor sorte os atacantes.

As baixas crescentes começam a pesar em seu ânimo. As cargas vão arrefecendo. Não faltam entreveros e lances de bravura anônima. São quase cinco horas de luta encarniçada.

Tentando incutir ânimo novo aos seus comandados, o Dr. Oswaldo Aranha lidera nova carga sobre o flanco esquerdo, ao grito de "Vamos mudar de pelego!"⁽¹⁴⁾ É derrubado por uma bala de fuzil. Ainda procura forças para incentivar os companheiros, mas desfalece por efeito da hemorragia.

A perda do chefe, em quem se depositava aquela fé cega, capaz de levar aos maiores cometimentos, dá uma sensação de orfandade à tropa governista. Não resta outro caminho senão a retirada. É o major Laurindo Ramos, também ferido, que dá a ordem.

O campo está juncado de cadáveres e de feridos. O adversário leva a perseguição a pouca distância, pois também está esgotado.

É hora de recolher os troféus e pensar nos feridos. Para Caçapava é despachado um chasque pedindo socorro médico, que a força revolucionária tem apenas um capitão veterinário, Joaquim Fernandes Barbosa, a desdobrar-se, fazendo o que pode. De lá virá uma ambulância da Cruz Vermelha, organizada pelo gerente do Banco da Província, Dário Manoel Alves, para executar sua piedosa tarefa.⁽¹⁵⁾

No caminho da retirada, a força governista é alcançada pelo major Moraes. Este, levantando acampamento do Maricá, é informado por sua vanguarda, comandada pelo major Luís Aranha, de tiroteio para os lados do Seival. Apressa a marcha, dificultada pelo terreno que tem de atravessar, um paredão correndo paralelo à

(14) Depoimento do Cel. PM (R) Eurydes Siqueira de Barcellos, Porto Alegre 10.08.1985, arquivo do autor.

(15) Depoimento do Sr. Dário Manoel Alves, Porto Alegre, 1986, arquivo do autor.

estrada. Ao encontrar o major Laurindo Ramos, recebe a notícia amarga: “Fomos completamente derrotados. Estou sem munição e o Dr. Aranha foi ferido gravemente”.⁽¹⁶⁾

A ordem de sustar a retirada, a fim de reunir o destacamento e contra-atacar, é inútil. O abatimento pela derrota, a perda do chefe, as baixas elevadas, a falta de munição, tudo se soma para inviabilizar qualquer tentativa de desforra. Resta acolher os retirantes e evacuar os feridos, que são em grande número. Nisso gasta-se o resto do dia.

Como registrou o major Moraes: “Com o afastamento do Dr. Aranha, o restante de sua gente diluiu-se, abandonando a luta, levando consigo armas e animais rumo ao Alegrete, exceção de uns poucos homens que, mais tarde, seguiram o mesmo destino. O major Laurindo, porém, continuou à frente de seus homens até que, mais tarde, em Piratini, fossem dispensados os seus serviços, retirando-se, também, para o Alegrete. Bravura e sacrifícios inúteis assinalam o cruento encontro de 25 de novembro de 1926, conhecido pelo nome de Combate do Seival. Mais de 100 baixas, entre mortos e feridos, grande número de animais mortos, extravio de material bélico e uma debandada sem precedentes, eis o nosso passivo nesse encontro.”⁽¹⁷⁾

7. O Ferimento do Dr. Oswaldo Aranha

Episódio interessante e que influiu ponderavelmente sobre o ânimo da tropa governista foi o do ferimento sofrido pelo Dr. Oswaldo Aranha.

Embora possa ser questionada a sua autoria, tendo em vista a importância da vítima e alguém desejasse reivindicar a “façanha”, há um depoimento merecedor de atenção. É o do falecido coronel do Exército, Vicente Mário de Castro, o tenente que sublevoou parte da I/6ª GACav.

Em suas memórias⁽¹⁸⁾, conta-nos que, preocupado com o gasto de munição e notando a debilidade das ações adversárias, após os violentos ataques realizados, o tenente Alcides Etchegoyen mandou cessar fogo no centro da linha de defesa, ficando apenas um exímio atirador de fuzil, o sargento João Flack. Sendo também excelente atirador, o tenente Vicente tornou a arma de um soldado e iniciou com aquele sargento a caçada dos que atravessassem o campo em frente. Visavam as montarias, pois, assim, desmoralizavam os cavaleiros, deixando-os a pé em campo limpo. Estimulados pelos soldados mais próximos, a ação foi tomando feição de uma disputa.

Depois dos quatro últimos cavalos por ele abatidos em sequência, viu o tenente Vicente surgir um destemido gaúcho que, ao trote, dirigia-se para o último daqueles animais, desafiando estoicamente o atirador. Aproximando-se, susteve a

(16) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.

(17) LOPES SOBRINHO, Cel. Hermito, *Regimento Cel. Pillar – Esboço Histórico*, 2º volume, página 580, Santa Maria, Edição UFSM, 1992.

(18) CASTRO, Cel. Vicente Mário de, *Memórias*, cit.

montaria, quando o tenente percebeu um homem de joelhos ser agarrado pelas axilas e posto, pelo gaúcho, atravessado nos arreios. Este, retornou como chegara, ao tranco. Apesar do nervosismo dos soldados que assistiam a cena, pedindo que atirasse naquele alvo fácil e parado, a pouco mais de 300 metros da linha, o tenente poupou-o. Compreendera sua nobre intenção. Pouco depois, iniciava a retirada da coluna governista.

Em janeiro de 1930, regressando do exílio no Uruguai, para tomar parte nos trabalhos da revolução em preparo, o tenente Vicente reuniu-se com o Dr. Oswaldo Aranha na chácara da Tristeza. Nessa ocasião, surgiu o assunto do Combate do Seival, em que estiveram em campos opostos. Ao referir-se ao episódio dos cavalos abatidos e do socorro prestado pelo gaúcho destemido, o Dr. Oswaldo Aranha interrompeu-o, mencionando um nome e acrescentando que se tratava de um de seus grandes amigos e filho de criação do coronel Flodoardo Silva, de Uruguaiana. O ferido era o próprio Dr. Oswaldo Aranha.

Nesse momento, entrava na sala Dona Vindinha, a quem o Dr. Aranha, com bom humor, apresentou o visitante: “Esse moço aí é um bandido. Quase me tirou a vida no Seival”.

8. O sargento Gabino

Menciona o biógrafo do Dr. Oswaldo Aranha (página 170), a acusação feita pelo tenente Heitor Lobato Valle de que o sargento Gabino Mário de Freitas e 8 soldados, aprisionados no combate de 24 de novembro, teriam sido degolados.

Essa acusação foi publicada no jornal “O Libertador”, de Pelotas, em sua edição de 19 de abril de 1927, sob o título “O último movimento revolucionário”.

Segundo o tenente Valle, não tendo os revolucionários um único morto no enfrentamento, mas deixando em poder do inimigo 9 homens que se retardaram, concluiu-se que tivessem sido degolados, pois o Dr. Aranha anunciara em telegrama a morte de 9 soldados.

A propósito, há um depoimento esclarecedor de fonte revolucionária. Trata-se do capitão do Exército Walter Corrêa da Silva, o sargento que liderara o levante do 9º RCI.⁽¹⁹⁾

Pela narrativa do capitão Walter, o sargento Gabino, para não abandonar os soldados retardatários, colonos matorrangs, permaneceu com eles e foi aprisionado. Levado à presença do Dr. Oswaldo Aranha, este perguntou o que um soldado velho andava fazendo em companhia de moços sonhadores, em vez de ficar cuidando dos netos... Depois de conversarem nesse tom, determinou-lhe que se mantivesse por perto, para estar mais garantido... Na véspera do combate do Seival, chamou-o e comunicou-lhe que seria remetido para Caçapava, como realmente ocorreu.

(19) Depoimento do Cap. Walter Corrêa da Silva, manuscrito no arquivo do autor.

9. Consequências do Combate do Seival

Além do grande número de baixas, o Combate do Seival teve várias consequências, entre elas, haver incutido novo alento aos revolucionários, o que prolongou o movimento por mais um mês. Possibilitou a adesão de outras forças, ainda que pequenas, como a do experiente caudilho Zeca Neto, que assumiria o comando da coluna, e a de Julião Barcelos; estimulou novas invasões do território rio-grandense, como a da efêmera “Coluna Relâmpago”, em fins de dezembro e, finalmente, obrigou o governo do Estado a organizar dois novos destacamentos, os dos tenentes-coronéis Emílio Lúcio Esteves e Hipólito Ribeiro Jr., além de mobilizar diversos “corpos provisórios”.

Como se vê, o movimento revolucionário esteve longe de ser um mero caso de polícia...

Quanto ao Destacamento Major Moraes, depois de refazer-se no Passo do Hilário, no rio Camaquã, não longe do campo de combate, foi reorganizado e continuou a prestar bons serviços. Para compensar-lhe as perdas, foram agregadas outras unidades, como o 21º Corpo Auxiliar, de Dom Pedrito, que estivera em perseguição à Coluna Prestes nos sertões do Nordeste. Não teve, entretanto, outra oportunidade como a que se lhe apresentou no Seival. Segundo o major Moraes, “ali teria morrido a revolução se as nossas armas tivessem alcançado o êxito que era de esperar. Ele foi a causa do prolongamento, por mais tempo, da campanha que havia cinco dias iniciávamos.”⁽²⁰⁾

Ao visitar o Dr. Oswaldo Aranha, na noite de 25, em Lavras, lembrou-lhe a recomendação feita no início da marcha, ao que este respondeu haver-se empenhado na luta para salvar o major Laurindo Ramos.

Com o que, concluiu o major Moraes: “Isso também me informara Laurindo, mas dizendo ter assim agido para salvar o Dr. Aranha. Cada um descarregara para cima do outro o erro que cada um cometera.”⁽²¹⁾

No dia seguinte, 26 de novembro de 1926, era publicada a seguinte nota: “Movimento Sedicioso — a Chefatura de Polícia, a quem está afeta a censura de imprensa, desde que foi decretado o estado de sítio, determinou, ontem, que os jornais não podem mais publicar notícias relativas ao movimento sedicioso.”⁽²²⁾

(20) Relatório das Operações, cit.

(21) MORAES, Cel. Luiz Carlos de, *Reminiscências*, cit.

(22) *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26.11.1926, pág. 4, seção Diversos.

UMA REVISTA ESTUDANTIL

Laudelino T. Medeiros

Na história da imprensa rio-grandense, há dois tipos de jornais e revistas a serem destacados: os publicados por estudantes secundaristas e aqueles publicados por estudantes universitários. Trataremos nesta ocasião somente dos primeiros. E seriam já o bastante para um trabalho extenso.

São poucos os casos deste tipo de jornais no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século passado. E desses casos não são conhecidos os materiais necessários para uma visão objetiva, com conhecimento de conteúdos, mas tão só simples notícias de suas existências. (Ferreira, ps. 76, 98, 144 ss.)

Depois de 1900, mesmo já na primeira metade, é mais rico o material conhecido. E é de interesse registrar que nessa primeira metade do século já é significativo o número de periódicos dessa espécie em cidades do interior do Estado. Pelotas, Jaguarão e Santa Maria, são exemplos, com bom material.

Um jornal estudantil, com longa duração — iniciado em 1928 e atingindo pelo menos o ano de 1934, cerca de sessenta números — foi o órgão do “Grêmio Literário Fagundes Varela”, no Ginásio Estadual Santa Maria: o “Aurora”. Vários dos participantes deste grêmio vieram a ocupar lugar de destaque na política, na vida militar, no magistério superior, nas letras e outras atividades. Lembremos outros periódicos desse período: “O Estudo”, órgão do Grêmio dos Estudantes da Escola Complementar, cujo primeiro número é de maio de 1922; em setembro de 1931 ainda circulava; “Ceres”, órgão do Grêmio dos Estudantes do Curso de Capatazes Rurais, ano de 1923.

Seria extremamente útil se pudéssemos receber e encaminhar a instituição cultural adequada os jornais e revistas de estudantes ainda encontrados com familiares ou antigos estudantes. Seria um modo de preservar tais documentos históricos.

Os ginasianos estão ordinariamente em idade correspondente à fase da adolescência. É nessa época que a personalidade desenvolve a tendência para a sociabilidade. Um princípio de amadurecimento leva a personalidade a firmar-se diante da proteção paterna e a procurar o relacionamento com indivíduos da mesma idade e mesmo sexo; e a descobrir o mundo dos “outros”, o mundo social. É quando o jovem descobre os “caminhos sociais”, as diferenças de ocupação, o papel da “reivindicação”, da defesa do “outro”, as aspirações de aperfeiçoamento, como maneira de afirmação e como qualificação para reivindicar. É nessa descoberta de horizontes que os ideais de vida se configuram e se afirmam. Essa tendência é bem visível em biografias de personalidades que se destacaram e contribuíram para a determinação de rumos dados à sociedade.

Pode-se, pois, admitir que os jornais e revistas estudantis, onde os jovens exercitam suas tendências e ideais, contribuem para a formação das lideranças no mundo moderno.

Nesses prélios consigo mesmo, na procura de melhora das qualidades pessoais, em especial da formação intelectual, é que os futuros líderes adquirem traços necessários ao seu papel social. Um autor francês, François Charnot, num livro precioso — *Une Tête Bien Faite* — lembra a conhecida expressão de Montaigne onde dizia desejar “que se tomasse o cuidado de escolher um preceptor que tivesse antes a inteligência bem feita do que muito cheia”. E a partir daí chama a atenção para a importância da formação da inteligência e o preciso cuidado em evitar os vícios que ocorrem nessa formação. Para uma tal marca na formação dos jovens do extremo sul, em Jaguarão, exerceram um começo de influência “O Ginasial”, “modesto e pequeno órgão da União Ginasial, sociedade composta dos alunos do Colégio Espírito Santo”, e em muito esse ginásio, infelizmente de pequena duração.

Este ginásio funcionou em Jaguarão deste 1901. Sabe-se que um dos professores, um padre belga premonstratense, naquele ano, compôs a “Marcha do Colégio Espírito Santo”. (Barreto, 2ª v., p. 1233.) Os doze números de “O Ginasial”, que temos sob os olhos, correspondem ao ano de 1908.

“O Ginasial” foi o órgão da associação de alunos, lançado naquele ano de 1908, em julho. Traz no cabeçalho a indicação de ser Rodolfo França Júnior o editor-proprietário. Os redatores, porém, sob cuja orientação e responsabilidade é o jornalzinho publicado, são João Barbacham, Serzedelo Mendes e Brasiliano Italo Patella. França Júnior muito provavelmente não era aluno do ginásio, pois em 1905 era “operoso sócio da importante firma industrial da praça do Rio Grande”, firma de que era proprietário seu pai. Quando o jornal foi lançado, ele trabalhava no jornal “A Sentinela”, de Jaguarão. Nessa época estava com trinta anos. Tinha, ao que parece, o encargo da administração econômica e técnica. (Reis, p. 104).

No primeiro número, primeira página, em “Duas Palavras”, o jornal faz “um apelo à benevolência dos leitores” e fixa as diretrizes: “O nosso programa?... Não sabemos o que isto seja. Aceitaremos todo o trabalho que nos trouxerem os nossos

colegas que nos quiserem auxiliar com os seus esforços. Toda a produção de sua inteligência terá acolhimento em nossas colunas. O que não queremos, são discussões sobre princípios, quer políticos, quer religiosos, nem faremos nossas, quaisquer idéias que expenderem em suas produções os nossos colaboradores.”

Uma “Carta” aos sócios da “União Ginásial” estimula os jovens a se lançarem à ação: “Cheios de crenças, almas puras, abertas às grandes idéias, vinde, novos cavalheiros, para a arena da imprensa, com vossas penas imaculadas, terçar armas contra a indiferença que lavra em nosso meio, pelo progresso e cultura mental desta terra”. A carta é incitante, de apoio aos jovens, que devem lutar pelas grandes idéias. É assinada pelo professor de literatura do Ginásio, o Dr. Quintiliano de M. e Silva.

A revista, que é publicada duas vezes por mês além de trabalhos dos alunos, traz notícias de atividades do Ginásio. Já no primeiro número noticia os trabalhos apresentados em sessão literária de 28 de junho, da União Ginásial. Apresentaram trabalhos Carlos Affonso, Armando Cadaval, João d’Azevedo, João Ferreira e João Pinto. Este tipo de notícia aparece com frequência mensal. Também o aproveitamento dos alunos mais destacados aparece com frequência.

Seria o nome João Pinto, aparecido nesse primeiro número e em outros, o de João Pinto da Silva ? É, porém, verdade que este conhecido escritor rio-grandense, nascido em Jaguarão, e que ali iniciou sua carreira como jornalista no “Diário de Jaguarão”, tendo tido também outras atividades jornalísticas, estava naquele ano de 1908 com a idade de 19 anos. Em nenhuma vez mais aparece o nome completo João Pinto da Silva. Na Revista aparecem outros nomes da intelectualidade rio-grandense, como o professor universitário Ernesto de Freitas Xavier e Luis Vergara.

Embora o artigo de primeira página, do primeiro número, tenha fixado como princípio programático que “O que não queremos, são discussões sobre princípios, quer políticos, quer religiosos...”, no número 2 um artigo assinado por Hermes Affonso manifesta idéias castilhistas. A propósito da data de 14 de julho, lembra a pessoa de Júlio de Castilhos. Tece elogios à Constituição; e diz: “É o conjunto do que há de excelente, que o grande patrício produziu num momento extraordinário, em que sua alma gigantesca e nobre vibrava de patriotismo puro e sincero!” O autor manifesta grande entusiasmo pela Constituição e pelo político.

Das atividades pedagógicas do Ginásio são frequentes os registros na revista. O Cônego Thomaz, que devia ser um interessado pela caça, matou de uma feita uma capivara, um “capincho” como é dito na linguagem sulista do redator; em outra caçou dois veados. O Cônego Ricardo, professor de ciências naturais, aproveitou a oportunidade para uma aula prática: reuniu os alunos e deu uma aula de anatomia dos vertebrados. O mesmo professor, já em setembro, certamente além das aulas práticas no Ginásio, “ofereceu aos seus alunos quintanistas uma bem interessante aula de anatomia, no gabinete do ilustre Dr. Manoel Amaro Júnior”.

Várias vezes se noticiam representações teatrais, pelos alunos. Informa a Revista: “Esta simpática e gloriosa sociedade (União Ginásial) deu sábado, 11 do corrente (11.07.908), uma festa literária, no Teatro Esperança. Foi representado o drama *A Expição*, traduzida do francês pelo inteligente aluno do Ginásio Espírito Santo, Sr. Braziliiano Patella.” (Rev. nº 2) Em agosto é anunciado um espetáculo, oferecido ao povo jaguarense, no Teatro Esperança; o programa é: *O Ciúme*, bem sentido drama da lavra do apreciado Penna Coutinho (Morfeu). *Meia hora de cinema*, chistosa e original comédia pelo jocoso Joaquim José de França Júnior, estudante de Direito de S. Paulo. (nº 4)

Um novo gênero de diversão, sucedâneo do teatro, começa a despertar interesse: o **cinematógrafo**. Em julho daquele ano, a revista dá a notícia: “Brevemente estreará em nosso Politeama a nova empresa cinematográfica, Galiardi.” E logo no mês seguinte uma nova notícia: “Acha-se nesta cidade o aparelho cinematográfico da empresa Edison. Pela opinião da imprensa de outros lugares, julgamos que é um dos mais aperfeiçoados aparelhos deste gênero que tem nos visitado.”

Outro gênero de diversão presente no noticiário é o futebol. Entre as várias notícias, uma descreve uma partida na Praça da Caridade. É interessante que os termos, como ocorreu no início deste esporte, são sempre ingleses: foot-ball, goal, goals-keepers; em português aparece o termo capitão. (Rev. nº 3)

Do interesse dado pelo Ginásio ao esporte é vestígio uma notícia no número de agosto: “Aos pensionistas, parabéns! O recreio está esplêndido, espaçoso e limpo. No centro, um foco de 1.200 velas ilumina essa área, durante a noite. Duas barracas oferecem aos jovens o exercício que os fortifica. Trapézio, argolas, exdos (escadas?), etc. acham-se à disposição de seus braços.”

As relações da sociedade União Ginásial com a direção do Ginásio e os professores eram muito cordiais. O diretor, Cônego Thomaz, mais de uma vez aparece como autor nas páginas da Revista. E umas tantas vezes como homenageado. Em duas destas oportunidades os alunos são recebidos no gabinete do diretor e galanteados, uma vez com um cálice de “Porto” e outra com um copo de “Ritter”.

Assuntos sociais, ao contrário do que seria de esperar com a mentalidade dos jovens de hoje, ocupavam o menor número das contribuições publicadas. Num cálculo aproximado, não levado em consideração o duplo significado dos conteúdos, mas somente o dominante, apenas 2,3% das contribuições nesse primeiro ano eram “assuntos sociais”. Também pouco frequentes, logo depois vinham “História” (6,2%) e “poesia” (7,7%). Um pouco acima estavam “idéias e doutrina” (9,3%) e “conhecimentos” (científicos? ou informativos) (9,3%).

Os assuntos mais frequentes, neste perfil dos significados dos conteúdos das contribuições, eram: “literatura-ficção” (29,3%) e “recreativos” (25,6%). Não são computados nos dados acima os pequenos trechos, como ditados ou princípios educativos, preenchendo espaços. Dois exemplos: Perguntado a Diógenes qual o animal mais venenoso, respondeu: “Dos bravios o maledicente e dos mansos o

lisonjeiro”. E “conhece-se as boas fontes nas grandes secas; e os bons amigos na adversidade.” A frequência deste tipo de frases denuncia a preocupação educativa dos redatores.

Numa seção ao encargo dos redatores – Utile –, com diversas notas e comentários, encontra-se uma notícia que dir-se-ia de atualidade hoje. É uma carta dirigida por um Dr. Carlos Vasconcellos ao New-York Herald. A parte final dessa carta, depois de tratar da compra pelo Brasil de navios de guerra, refere-se à hegemonia no plano internacional: “Duas repúblicas como os Estados Unidos, igualmente poderosas e ricas e amplamente desenvolvidas, regerão indubitavelmente o mundo, quaisquer que sejam as medidas postas em prática pelas nações européias – ainda mesmo que se realize o apelo de Sir Max Wlochther em favor da formação dos Estados Unidos da Europa, idéia aplaudida por todos os soberanos europeus, segundo ele confessa, como recurso exclusivo a opor ao fenomenal desenvolvimento americano e aos conseqüentes perigos à sorte da Europa.” (nº 11)

Dessa resenha das variadas contribuições publicadas pela Revista, pode-se verificar as estreitas relações mantidas pelos alunos do Ginásio, representados por sua associação “União Ginásial”, com a comunidade jaguarense. E, ao mesmo tempo, a ocupação de postos por alguns alunos com seu aparecimento em público.

Indiscutivelmente a existência de associações de alunos em entidades literárias (e científicas?), com seus jornais ou revistas, se constituíram em certa época em recursos pedagógicos proveitosos. Seriam tais recursos, hoje, de mesmo proveito? O fato é que nos estabelecimentos secundários desapareceram tais práticas.

Fontes Citadas

- Barreto, Abeillard – Bibliografia Sul-rio-grandense – Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1ª v., 1973, 736 p.; 2ª v., 1976, p. 737-1556.
- Ferreira, Athos Damasceno – Imprensa Literária de Porto Alegre no Séc. XIX – Porto Alegre, UFRGS, 1975. 231 p.
- Reis, Carlos A. (org.) – Álbum do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Reinhardt, 1ª v., 273 p.
- O Ginásial – Revista quinzenal – Jaguarão, julho a dezembro de 1908, nºs 1 a 12 (somando 150 p.)

CALENDÁRIO DE FESTAS E DATAS TRADICIONAIS: USOS E COSTUMES NO RGS

Hélio Moro Marante

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Em certos dias e determinadas épocas do ano, o povo, ao comemorar eventos especiais, de caráter coletivo, dá vazão aos seus sentimentos praticando uma série de manifestações folclóricas onde preponderam seus usos e costumes, suas crenças e superstições.

É este um hábito universal, agindo cada povo segundo sua própria idiossincrasia.

Tais usanças lhe são transmitidas oralmente, através de gerações, passando de pai para filho, de grupo para grupo, constituindo-se num legado cultural, absorvido e praticado por tradição. Em tais atos utiliza-se de fórmulas e processos tradicionais, ora com implicações ingênuas, ora pitorescas e, não raro, vingativas.

Em nações de intensa imigração, como o Brasil, há um verdadeiro ecletismo nesse sentido, com a inevitável contribuição dos países de origem dos imigrantes, que continuam com os usos e costumes dos seus antepassados, amalgamados e enriquecidos com os da nova terra.

1.2 – Não podemos deixar de registrar que muitos desses usos e costumes vão rareando de ano para ano, principalmente nos grandes aglomerados humanos, substituídos por novas fórmulas, adaptadas aos novos tempos. É uma consequência da sociedade de consumo atual, que tem na tecnologia e nos meios de comunicação modernos um excelente meio de propagação e influência na massificação dos homens. Novas fórmulas e métodos são introduzidos a todo o instante neste mundo velho de Deus que marcha, inexoravelmente, para um fim que já está sendo batizado de aldeia global.

1.3 – No Rio Grande do Sul tais práticas fazem-se presentes principalmente

nas seguintes datas e períodos: no dia 1º de janeiro; no período dedicado aos Santos Reis ou Reis Magos; no dia 2 de fevereiro; na época carnavalesca; no dia 1º de abril; na Semana Santa; no período dedicado ao Espírito Santo; na época consagrada aos chamados Santos de Junho; ao mês de agosto; ao dia 2 de novembro; ao ciclo natalino e a eventos sem data marcada e que se prestam a práticas folclóricas.

1.4 – Digno de nota é que quase todas essas manifestações têm profundas conotações com o espírito devoto do povo, que, a par do cumprimento da parte religiosa, extravasa sua alegria ou tristeza, conforme o caso, com a prática de uma série de atos profanos, que interessam, sobretudo, a estudos folclóricos, pois que se consubstanciam em usanças, crenças e superstições de caráter coletivo.

II – 1º DE JANEIRO

DIA DA CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL

2.1 – Para comemorar esta data que registra o Dia da Confraternização Universal, em que renascem em cada ser as esperanças de um novo ano mais feliz que o anterior, dia que marca o início de mais uma etapa no Calendário Gregoriano, adotada por quase todas as nações do mundo, costuma o povo praticar uma série de atos *para que tenha sorte durante o ano*.

Costume generalizado é o envio de cartões de felicitações aos parentes e amigos.

Acredita-se que tudo o que se fizer nesse dia, ou tudo que nele acontecer, repetir-se-á durante o ano. Daí a necessidade de *provocar-se* uma série de ações propiciadoras da felicidade almejada, física e espiritualmente.

2.2 – No Rio Grande do Sul colhemos as seguintes práticas para que se possa *entrar no ano com o pé direito*: se se quiser ter dinheiro durante o ano as pessoas devem portar três moedas. Dizem que é simpatia que não falha. Essas moedas representam o papel de indez, isto é, *chamam outras*, no consenso popular.

O problema da alimentação prepondera nesse dia. Para que se possa contar com uma mesa farta durante todo o ano basta, à zero hora do dia 1º, *comer-se, logo na entrada do novo ano, uma porção de lentilhas* (ou qualquer outro cereal, o que significa fartura). Em muitas residências a porção de lentilha é substituída por *doce-de-figos*. Com o mesmo fim, isto é, ter uma despensa sempre cheia, é bom *ingerir doze bagos de uva*, um para cada mês do ano. Peixes também fazem parte das crendices desse dia. *Ingeri-los traz sorte*.

Ainda no terreno da alimentação há mais uma série de crendices e superstições. Afirma-se, com foros de veracidade, que nesse dia, *não se deve comer carne de galinha* porque estas *ciscam pra traz*, o que implica um atraso da vida. Deve-se, isto sim, comer *carnes de porco*, animal que tem o focinho apontando para a frente, o que significa futuro.

Outra superstição comum é o das pessoas vestirem, nesse dia, *roupas de cor amarela*. Calcinhas, cuecas, corpinhos, meias e outras peças de vestuário que tenham contacto direto com o corpo devem ser dessa cor. O amarelo é a cor do ouro, sinónimo e representativo da riqueza.

Costume generalizado em todo o Rio Grande do Sul é o de, à zero hora do dia 1º, *dar-se tiros para o ar*, maneira de saudar-se a entrada do novo ano.

2.3 – Na zona colonial italiana era costume, ainda no primeiro quartel deste século, os meninos de origem itálica visitarem casa por casa solicitando um óbulo, recitando a seguinte frase: *Bon di, bon anno, bon capo di anno* (Bom dia, bom ano, bom fim de ano), ou a seguinte variante: *Buone feste, buone minestre* (Boa festa, boa sopa).

A garotada recebia doces, balas e, não raro, pequenas moedas.

III – FESTA DOS NAVEGANTES

2 DE FEVEREIRO

3.1 – Herança lusitana, trazida pelos colonizadores, encontrou nos seus descendentes, moradores de localidades ribeirinhas, grande receptividade, que terminou por atingir descendentes de outras etnias.

Atualmente é a maior festa popular de carácter religioso no Rio Grande do Sul.

Em sua capital – Porto Alegre – já é secular e alcança verdadeira grandiosidade, não só como espetáculo de fé, como também festa popular com carácter nitidamente folclórico.

A par da presença dos fiéis tradicionais de ano para ano aumenta o número de participantes, quer na qualidade de crentes, quer na de curiosos.

No ano de 1978 mais de duzentas mil pessoas tomaram parte nas festividades.

De igual modo isto se verifica em Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Mostardas, Osório, Taquari, São Borja e outras localidades, naturalmente com participação popular proporcional à densidade demográfica de cada uma dessas cidades.

3.2 – Grandes procissões fluviais e lacustres são organizadas, com centenas de barcos, na capital gaúcha, acompanhando o navio que transporta a imagem da santa.

Procissões terrestres precedem as procissões por água. Nelas, comum é ver-se crianças vestidas como *anjinhos* ou *santos e santas*, cumprindo *promessas* geralmente feitas por seus maiores.

Muitos devotos, também em cumprimento de *promessas*, fazem o percurso por terra *andando de joelhos* ou com os *pés descalços*. Grande número porta “ex-votos” e velas votivas.

Cantos sacros, em coro, são entoados a todo o momento, acompanhados por orações em voz alta.

Chegada a imagem à igreja, é depositada em seu altar, seguindo-se uma missa solene.

Na Capital acompanham a procissão as mais altas autoridades.

Nas praias do litoral a procissão terrestre adentra o mar, na zona de arrebatamento das ondas junto à praia, caracterizando, assim, a homenagem à santa dos navegantes.

3.3 – Concluídas as solenidades de caráter religioso, iniciam-se os festejos populares de cunho profano, que já vinham sendo observados durante as noites das novenas, que antecedem a festa do dia 2.

Geralmente nas praças fronteiras às igrejas, tendas de toda a espécie exibem seus produtos à venda. Leilões ou quermesses, barracas para *tirar a sorte*, guloseimas, comidas e bebidas para todos os gostos, são disputadas pelos participantes. As tendas ou barracas com jogos permitidos são das mais concorridas. (Jaburu, dados, tiro-ao-alvo, argolinhas, pescaria e outros).

Nos coretos, *bandinhas*, também conhecidas como *furiosas*, executam números musicais, enquanto no ar, foguetes espocam a todo o instante.

Trovadores e improvisadores enaltecem a santa. Quadros, cartões postais e estatuetas com a efígie da santa são oferecidos à venda.

3.4 – Tradição original é, nesse dia e nessa festa, *comer-se melancia*.

Este fruto, nessa época, encontra-se em plena maturação. Afirma-se, mesmo, que *ir à Festa dos Navegantes e não comer melancia é o mesmo que ir à Roma e não ver o papa*. Daí ser conhecida como *Festa da melancia*.

3.5 – Organizam a festa as respectivas congregações. Geralmente os *festeiros* são escolhidos entre as pessoas gradas da cidade.

3.6 – Festividade de nítida origem católica, de tempos a esta parte vem tomando um caráter ecumênico, principalmente pelos adeptos da umbanda que, juntamente com os católicos, homenageiam a entidade *Iemanjá*, que sincretiza, em sua religião, com Nossa Senhora dos Navegantes.

Seus fiéis, vestidos de branco, homenageiam-na espargindo nas águas oferendas florais, perfumes e objetos de adorno, geralmente jóias e bijouterias de pequeno valor, pois dizem que ela é muito *faceira*.

Na zona litorânea, nesse dia, caravanas de ônibus conduzem fiéis para essas solenidades, findas as quais, as areias da praia encontram-se literalmente cobertas com flores, velas e charutos.

IV – CARNAVAL

(Móvel)

4.1 – Festa folclórica brasileira por excelência, já foi muito festejada no Rio Grande do Sul.

Precede a Quaresma. Período conhecido como tríduo carnavalesco tem a duração de quatro dias, pois inicia no sábado e conclui na terça-feira, batizada popularmente de *terça-feira-gorda*.

Nota-se, de ano para ano, sua decadência como festa eminentemente popular, com demonstrações espontâneas de rua, limitando-se quase que somente a bailes de salão.

Nos maiores centros ainda subsiste o carnaval de rua, sem o brilhantismo dos carnavais de antanho. São subsidiados pelo poder público que procura manter a tradição.

4.2 – O carnaval de outros tempos possuí um encanto todo especial. Brilhantes e concorridos préstitos de carros tracionados por cavalos e, mais tarde, de automóveis com a tolda arriada, percorriam as avenidas e ruas, conduzindo os foliões, geralmente mascarados ou portando fantasias vistosas e ricas.

Batalhas de flores, confetes e serpentinas abrilhantavam e animavam os *corsos*, como também eram chamados os préstitos.

O *entrudo* foi muito usado. Seringas, limões-de-cheiro (bolinhas de cera com água perfumada) e até baldes cheios d'água eram utilizados pelos foliões, que se divertiam a valer com tais práticas, resultando, algumas vezes em verdadeiros banhos. Proibido o entrudo passou-se a usar tubos de lança-perfume, hoje abolidos pelas autoridades policiais.

O *zé-pereira* (conjunto carnavalesco com música executada em bombos, tambores, etc.) dominava as ruas. Desfiles de escolas-de-samba, de tribos de índios, de blocos *sujos* (fantasias absurdas e hilariantes, quando não sumarríssimas), *bandinhas-furiosas* (conjuntos musicais improvisados) com seus instrumentos estranhos e barulhentos faziam parte dessas demonstrações populares.

Os *blocos e cordões carnavalescos* mais organizados iniciavam a preparação do carnaval com bastante antecedência, quando eram treinadas as canções e danças. Para tal, além dos ensaios nas *cavernas* (locais onde se efetivava tal preparação), procediam-se os *assaltos*, que consistiam numa visita a determinadas casas ou sociedades, onde os *assaltantes* eram recebidos com lautas mesas de frios, doces e líquidos. Dançava-se muito e buscava-se com essa prática aprimorar a maneira das apresentações nos dias dedicados ao Rei Momo.

Em muitas localidades havia verdadeira rivalidade entre as sociedades carnavalescas. Todos os preparativos eram feitos secretamente. Fantasias, canções, mú-

sicas e outros detalhes só eram conhecidos dos participantes. Havia um verdadeiro serviço de espionagem e contra-espionagem, o que já se constituía numa espécie de diversão à parte.

Durante o tríduo carnavalesco os carros alegóricos e os grandes bailes das sociedades se constituíam no ponto alto dos festejos. Bandas de clarins e concertinas *puxavam* o desfile. Existiam verdadeiros mestres na arte de decorar os carros. Predominavam alegorias históricas e mitológicas. Verdadeiras obras de engenharia mecânica dinamizavam tais alegorias, com rodas movendo-se, chafarizes espargindo água colorida e tudo o mais quanto a inventiva, engenhosidades e gosto do decorador e a potencialidade econômica da sociedade permitiam realizar.

4.3 – Concluído oficialmente o carnaval é comum realizar-se o *enterro-dos-ossos* que consiste na repetição dos folguedos carnavalescos no sábado e domingo seguintes. As folias deste domingo são conhecidas como o *domingo da pinhata*. (Pinhata, em espanhol e em italiano é o nome dado à panela. A origem desta expressão, pelo menos nos países de língua espanhola, diz-nos que no *baile de máscaras do primeiro domingo da Quaresma quebrava-se, com um pau, uma panela cheia de doces.*)

V – 1º DE ABRIL

5.1 – É o dia da mentira coletiva, mais conhecido, no Rio Grande do Sul, por *dia-dos-bobos*.

Costuma-se, nessa data, *pregar peças* aos amigos e conhecidos, com a intenção de enganá-los por todos os meios possíveis.

Assim, nesse dia, faz-se com que atendam a chamados com notícias estranhas ou pitorescas, induz-se-os a dirigirem-se a lugares sem finalidade alguma e mais uma série de coisas deste jaez, dependentes da inventiva dos trotistas.

Tudo que possa consistir em logro faz-se nesse dia, para gáudio de uns e revolta de outros.

Este fato gera um círculo vicioso. A pessoa lograda, buscando vingar-se, passa a brincadeira para diante, logrando outrem. Este, por sua vez, transmite-a a outra pessoa, e assim por diante.

É um dia em que todos se cuidam, a fim de não passarem por bobos.

VI – SEMANA SANTA

(Móvel)

6.1 – No período consagrado à Semana Santa no calendário cristão costuma o povo praticar uma série de atos alusivos ao evento que registra a paixão e morte de Jesus Cristo.

Embora tenha o nome de *semana*, inicia verdadeiramente na 5ª feira, concluindo no Domingo de Páscoa.

6.2 – Além das solenidades religiosas manda a tradição que nesses dias sejam observadas uma série de regras atinentes ao comportamento humano. É bem verdade que em nossos dias tais práticas vão desaparecendo paulatinamente, praticadas, ano após ano, por menor número de pessoas.

Da 5ª feira até a hora de *romper a aleluia* (sábado às 11 horas) não se deve *comer carne de animais de sangue quente* (sangue vermelho, que relembra o sangue de Cristo) e sim *carne branca* (de peixes, crustáceos e moluscos).

Da mesma forma *não se deve varrer a casa, cantar, usar de quaisquer máquinas ou motores, fazer muito barulho* e outros atos dessa natureza, como sinal de respeito à memória de Cristo.

Nesses dias, em tempos idos (até meados do século) os estabelecimentos fabris *não soavam suas sirenes, os automóveis não buzonavam*, bem como evitava-se fazer qualquer ruído como respeito ao evento lembrado. As igrejas, como acontece até o presente momento, não tocavam seus sinos, sendo os atos litúrgicos acompanhados pelo som áspero das matracas. Todas as imagens eram cobertas com tecido roxo.

Na hora de *romper a aleluia*, todas as sirenes estridulavam, os sinos badalavam, foguetes eram arrojados ao ar, os automóveis buzonavam, enfim, buscava-se fazer o maior barulho possível, que representava não só a alegria pela ressurreição de Cristo, como, também, era a exteriorização ruidosa libertando energias contidas em recesso obrigatório.

No sábado de aleluia era costume *malhar-se o Judas*, este representado na grotesca figura de um boneco, quase sempre pendurado em um galho de árvore. Após a malhação *incendiava-se o boneco*. Muito comum o boneco representar não a figura de Judas, mas sim a de uma pessoa não estimada na coletividade. Em alguns casos personalíssimos, havia quem se vingasse de um desafeto, desforrando-se dessa maneira.

No Domingo da Páscoa as crianças recebem presentes, quase sempre na forma de guloseimas, onde o chocolate reina soberano. Para tal, na véspera, a garotada prepara um ninho no qual serão depositados os ovos pelo *coelhinho*. É esta uma herança anglo-saxônica transplantada para as Américas.

Nas famílias de poucos recursos financeiros os ovos de chocolate são substituídos por ovos comuns de galinha. Tais ovos são previamente cozidos, apresentando-se na forma de ovos duros sendo, a seguir, pintados com cores diversas.

6.3 – Sendo a Semana Santa um período de abstinência, principalmente no que concerne à carne *vermelha*, as famílias substituem-na principalmente por carne de peixe, onde o bacalhau impera. Almoços e ceias de dias festivos, segundo as posses das famílias, são então realizados.

6.4 – Além do acima relatado, mais uma série de credices e superstições têm lugar nesses dias.

Faz parte do ritual popular a *colheita da macela* (*Achyrocline satureoides*), (*marcela*, na boca do povo), principalmente na sexta-feira. Acredita-se que essa erva medicinal, colhida nesse dia, tem maiores poderes curativos. É muito usada para chás medicamentosos.

Em grande parte da fronteira gaúcha acredita-se que, nesse dia, deve-se matar uma cobra ou aranha peçonhenta. Quem isso fizer recebe indulgências.

Muitos crêem que às 15 horas da 6ª-feira deve-se *fazer um pedido*. Quem isto fizer, na certa será atendido.

Todo aquele que à meia-noite de 5ª-feira para 6ª-Feira Santa olhar por entre pernas *verá o diabo que anda solto...* Para tal é necessário que o *crente pratique esse ato numa encruzilhada...*

No Domingo de Ramos, são bentas as palmas que o povo conserva carinhosamente em casa, quase sempre junto a imagens de santos. É credice generalizada que, em dias de tempestade, queimando-se uma dessas palmas bentas a tempestade cessa, bem como seus nefastos efeitos.

VII – FESTA DO DIVINO

(Móvel)

7.1 – Grande período festivo de caráter popular é o relativo à Festa do Divino Espírito Santo, evento móvel ligado à tradição católica.

Herança portuguesa, encontrou no Brasil terreno propício para sua efetivação.

É outra tradição que os tempos modernos estão relegando para segundo plano, sendo poucas as localidades que ainda a mantêm viva e com o esplendor dos primeiros tempos.

7.2 – No Rio Grande do Sul já é tradição secular. Foi e ainda é muito festejado este período, principalmente nas cidades de origem lusitana.

O movimento inicia bem antes dos dias dedicados ao Espírito Santo.

Os festeiros, eleitos ou escolhidos no ano anterior, tomam todas as providências para o bom êxito das festividades. As irmandades, a cujos integrantes o povo cognomina de *irmãos da opa*, organizam o calendário dos festejos.

A *bandeira do Divino*, portada pelo *alferes-da-bandeira*, com sua comitiva, visita casa por casa da localidade, onde é respeitosamente recebida. É costume adentrar em todas as peças das residências. Os moradores, além das orações, beijam a bandeira, quase sempre a *pomba* representativa, e oferecem dinheiro para a congregação, que destina a importância recebida, para ressarcimento dos gastos

com a festa e parte para assistência social. Essa visita é conhecida pelo nome de *peditório do Divino*.

Nessa oportunidade as moças casadoiras costumam fazer *um nó nas fitas* que enfeitam a bandeira, com a finalidade de *amarrar* o moço de suas predileções.

Parte integrante da festa são as *novenas* rezadas na matriz ou na principal igreja da localidade. Após a novena todos dirigem-se para a praça ou local onde são efetuados os *leilões* ou *quermesses*, quase sempre com objetos e iguarias ofertados pela comunidade. Nesses leilões os arremates por vezes atingem cifras elevadas, principalmente quando o objeto leiloado foi feito ou ofertado por moça muito requestada pelos seus pretendentes. A parte religiosa finda com um solene TEDEUM à noite.

Em tempos idos era comum a presença do Imperador e da Imperatriz do Divino, geralmente com crianças vestidas a caráter, portando vistosos e caros trajes, costume já pouco visto em nossos dias.

7.3 – Fogos de artifício, tão ao gosto dos lusitanos e seus descendentes, dão o toque pirotécnico, com sua profusão de luzes coloridas e ruídos próprios. Girândolas de foguetes, rojões, traques, busca-pés, bichos-da-china, pistolões, rodinhas, morteiros e bombinhas enfeitam os ares ou explodem no solo, para alegria de muitos e desespero de outros tantos. Ir aos *fogos* ou à *queima dos fogos*, se constitua num acontecimento social.

7.4 – Com o advento do cinema, *fitas* eram *passadas* para o público em tela armada ao ar livre.

Em muitas regiões sulinas, principalmente na Serra, arma-se um grande mastro com o estandarte do Divino no topo. O encarregado desta operação tem o importante posto de *capitão-do-mastro*.

Ainda na região da Serra, principalmente em Vacaria, São Francisco de Paula e interior de Caxias do Sul, efetivavam-se as *cavalhadas*, combate simulado entre mouros e cristãos. É outro costume que está desaparecendo.

7.5 – No dia principal da Festa – domingo – uma grande procissão percorre as principais avenidas e ruas da localidade. A seguir, celebra-se a missa festiva, finda a qual, geralmente ainda no recinto do templo, são eleitos ou escolhidos os festeiros para o ano seguinte.

Após essas solenidades de caráter religioso e administrativo a multidão reúne-se na praça ou no local onde se realiza a quermesse e inicia, então, a parte verdadeiramente popular dos festejos.

Leilões, tendas com guloseimas, frutas diversas, barracas onde *se tira a sorte*, refeições em improvisadas mesas, onde imperam os leitões e perus assados, bebidas espirituosas ou refrigerantes, namoros iniciando ou continuando e tudo o mais que o povo, na sua simplicidade, busca fazer nessas oportunidades, dão o tônus especial a estas festas populares.

VIII – SANTOS DE JUNHO

8.1 – Junho é, sem dúvida, o mês mais festivo do Brasil.

A quadrinha popular abaixo transcrita diz bem dessa preferência:

A treze do mês de junho
Santo Antônio se demove;
São João a vinte e quatro,
São Pedro a vinte e nove.

As festividades, correntes em todo o país, têm maior magnificência nas localidades cujos oragos são os chamados Santos de Junho – *Santo Antônio, São João, São Pedro e São Paulo*. É costume organizar-se grandes festas populares, com a imprescindível procissão, missa festiva, leilões, espetáculos pirotécnicos, muita música e outras práticas comuns aos folguedos do povo.

8.2 – Inicia com o dia de Santo Antônio (dia 13), o santo casamenteiro por excelência. É ele muito invocado pelas moças casadoiras, que solicitam o auxílio do santo para arranjar marido, noivo ou namorado.

Mediante a prática de *sortes*, das quais há uma enorme variedade, procuram saber *se vão casar ou não*, bem como o nome ou a inicial do nome do almejado companheiro. Outros buscam saber *se alguma viagem estará em perspectiva*, *se vão ganhar um prêmio na loteria* e mais uma série de acontecimentos, todos eles, naturalmente, com vistas a um melhor futuro.

As *noites de São João* são célebres em todo o território nacional. Na *véspera de São João* (noite de 23 para 24) é costume acender-se uma grande *fogueira* e armar-se um grande *mastro*, no topo do qual impera a efígie do santo homenageado.

Dança-se em torno à fogueira, ao mesmo tempo em que nela são assados *pinhões, espigas de milho, aipim, batatas-doce, castanhas* e afins. Iguarias diversas fazem parte da festa, dependentes, como é óbvio, do poder econômico dos seus promotores. Serve-se o *quentão* (corruptela de esquentão, bebida feita com aguardente ou vinho, limão, açúcar, etc., servida quente) para os adultos, enquanto as crianças são agraciadas com bebidas sem álcool, adocicadas (guaraná, gasosa, capilé, gengibirra e congêneres).

Os mais valentes ou aqueles que têm uma *promessa pra pagar*, atravessam a fogueira com os pés descalços sobre as brasas, quase sempre com consequências desastrosas.

Colhemos versão de que ao acender-se a fogueira *o diabo sai de casa e vem dançar no meio dela*.

Em tempos idos, erguiam-se ao ar múltiplos balões coloridos, prática hoje proibida pelas posturas municipais, dado o perigo de incêndios nas matas, campos e propriedades em geral.

Também nesse dia *tira-se a sorte*, repetindo-se, com variantes, as que foram praticadas no dia de Santo Antônio.

Cantores populares dão vãs aos seus sentimentos executando canções tradicionais, ou improvisando versos de circunstância.

8.3 – Nas credences referentes a este dia destaca-se a de que as laranjas só ficam bem doces após à noite de São João, porque este santo, nessa noite, *mija nas laranjas...*

8.4 – São Pedro e São Paulo (dia 29), no Rio Grande do Sul, não são muito festejados popularmente, muito embora São Pedro seja o Padroeiro do Estado.

Repetem-se os mesmos usos e costumes das festividades que homenageiam Santo Antônio e São João.

8.5 – Em todas essas festas a queima de fogos impera soberana. Girândolas de foguetes, rojões, busca-pés, traques, bichas, bombinhas, cabeças-de-negro e congêneres fazem parte do arsenal pirotécnico, no qual os fogos de artifício representam o papel principal.

8.6 – Não podemos deixar de registrar mais um santo de junho que é muito festejado na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, principalmente na paróquia onde é orago: São Manuel (dia 17), quando se repetem as festividades dedicadas aos demais santos.

IX – AGOSTO

9.1 – Agosto, diz-se, é o mês do desgosto.

Com este adágio o povo costuma mostrar sua ojeriza ao oitavo mês do ano que, no Rio Grande do Sul, situa-se em pleno inverno, sendo muito chuvoso e muito frio.

Para os descrentes, tal adágio é apenas um caso de rima. Para os crentes, porém, é um caso muito sério.

Se o dia 13 desse mês coincide com uma sexta-feira, que é o dia de lobisomem, então nem se fala: é dia de azar no duro.

Quando tudo isso – agosto, dia 13 e sexta-feira – se verifica num ano bissexto, Deus do céu! É desgraça grande, barbaridade!

9.2 – Crê-se, à boca-cheia, que *agosto é o mês dos cachorros loucos*, pois diz-se que nele há maior incidência da raiva canina. Mas o povo tem remédio para tal: basta fazer-se uma incisão nas orelhas do animal na *primeira sexta-feira de agosto*. Na certa que o cãozinho de estimação não restará raivoso.

9.3 – Afirma-se, também, aos quatro-ventos, que *o mês de agosto é muito ruim para os casamentos*, pois que as uniões efetivadas nesse mês geralmente termi-

nam mal. As estatísticas revelam que, realmente, é um mês no qual decresce o número de consórcios matrimoniais, prova de que o povo, efetivamente, crê que o mês é azíago mesmo.

9.4 – DIA DO PENDURA

11 de agosto

Neste dia, em que se comemora no Brasil a Fundação dos Cursos Jurídicos e, em consequência, o Dia do Advogado, é costume os estudantes das Faculdades de Direito invadirem, incorporados, os principais restaurantes das suas cidades, onde fazem sua refeição. Na hora do pagamento das despesas mandam *pendurar* as contas, isto é, negam-se a saldar a dívida feita. Muitos proprietários de estabelecimentos do gênero consentem na brincadeira, que lhes sai onerosa. Outros, entretanto, nesse dia, cerram suas portas, a fim de evitar um prejuízo certo.

De qualquer maneira é este um costume pitoresco e original.

9.5 – Neste mês, no Rio Grande do Sul, há uma grande precipitação pluviométrica, ocasionando enchentes de certo vulto.

Quando tal acontece, o povo batiza esse período como *o tempo da enchente de Santa Rosa*, santa homenageada no dia 31 de agosto no agiologismo cristão.

X – FINADOS

2 de novembro

10.1 – O dia 2 de novembro é dedicado aos mortos.

Costuma-se, nessa data, visitar os cemitérios onde se encontram os restos mortais dos entes queridos. Os túmulos são pintados, renovando-se as flores, naturais ou artificiais, que os ornamentam.

Oferendas florais e de velas votivas complementam as orações que são dirigidas aos entes que se foram.

Pessoas piedosas ornamentam com flores e fazem suas orações em túmulos abandonados.

Muitos costumam visitar, além dos túmulos dos seus antepassados, os de amigos e conhecidos.

10.2 – Em Porto Alegre, no subúrbio do Partenon, encontra-se o túmulo da *Maria Degolada* e em São Borja, o da *Maria do Carmo*. Circunstâncias quase idênticas motivam o afluxo de grande número de populares junto aos túmulos: ambas chamavam-se Maria, foram prostitutas e brutalmente assassinadas com requintes de perversidade.

O povo *santificou-as*, por sua conta e risco. Seus túmulos são alvo de romarias durante todo o ano, principalmente nos dias de finados. A gente humilde dedica-lhes orações, com oferendas de velas, “ex-votos” e esmolos em dinheiro.

10.3 – Na cidade de São Gabriel, a capelinha dos *afusilados*, erguida junto a um quartel da guarnição federal, em memória de dois soldados do Regimento de Cavalaria, que foram executados (fuzilados), é muito visitada. Repetem-se, aí, os atos costumeiros nessas ocasiões, como orações, oferendas de velas, “ex-votos” e óbulos em dinheiro.

10.4 – No terreno das crendices referentes a este dia registramos as seguintes:

diz-se que nessa data as crianças não devem sair à rua, porque *as almas que se encontram em descanso podem aparecer-lhes*;

entre as tecedeiras, principalmente as do litoral gaúcho, afirma-se que nesse dia não se deve urdir, *porque o trabalho sai imperfeito, por influência das almas do outro mundo*.

XI – CICLO NATALINO

– Natal e Reis –

11.1 – Data muito festejada pelos povos cristãos, pois assinala o nascimento de Cristo, uma série de manifestações populares são efetivadas, quer no recesso dos lares, quer com características externas.

Os católicos costumam assistir a *missa do galo*, rezada à meia-noite de 24 para 25 de dezembro. Tem esse nome, pois diz-se que os galos costumam efetuar o primeiro canto do dia nessa hora. Segundo outros, diz a tradição, é lembrança do canto dessa ave saudando o nascimento do Messias.

É um dia especial para as crianças, que, na oportunidade, são brindadas com presentes, principalmente com guloseimas e brinquedos. Em alguns lares, as crianças que se portaram mal durante o ano são agraciadas com uma *vara de marmelo* (de marmeleiro), símbolo de uma boa sova corretiva, lembrete material para que a petizada passe a bem comportar-se.

11.2 – Em tempos mais remotos, no Rio Grande do Sul, por ocasião do Natal, armavam-se *presépios*, que permaneciam expostos em um canto nobre das salas, desde a véspera (24 de dezembro) até o Dia de Reis (6 de janeiro). Em algumas localidades interioranas, este costume ainda se encontra vigente.

Os mimos às crianças eram ofertados no Dia de Reis, com tradicional embasamento na História da Cristandade, que relata que Cristo, recém-nascido, foi presenteado pelos reis magos: Baltazar, Belquior e Gaspar, com ouro, incenso e mirra.

Esta versão é mais consentânea com a tradição cristã.

11.3 – Após a chegada dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul (1824), a *Árvore de Natal*, representada por um *pinheirinho* (araucária brasiliensis), desalojou o presépio e o *Papai Noel* desbancou os Reis Magos.

É um típico fenômeno de aculturação, alimentada, hoje em dia, por um intenso interesse comercial.

Causa surpresa o fato de, em pleno verão, num clima tropical ou subtropical, como o do Brasil, utilizar-se um pinheiro coberto de neve (flocos de algodão, lã e congêneres), enquanto que Papai Noel apresenta-se com pesados trajes, em trenó deslizando na neve, tracionado por renas, próprios ao Natal do hemisfério norte, cujo evento transcorre em pleno inverno.

11.4 – Ainda nesse período natalino é comum em várias localidades sul-riograndenses a apresentação dos *terno de reis* ou *terno de reses*, na boca do povo.

Os integrantes dos grupos que constituem os ternos iniciam suas visitas ainda na primeira quinzena de dezembro, *cantando os reses* nas casas de conhecidos e amigos, onde são festivamente recebidos, até o dia seis, que é o *dia-de-reis*.

11.5 – As festividades findam com a ceia da consoada ou ceia de Natal, em família, onde as donas de casa capricham na feitura do cardápio.

11.6 – Nas credices natalinas registramos aquela de que se alguém desejar possuir em seu terreiro um galo tenor, isto é, um galo que produza gorgeios especiais em seu canto costumeiro, basta fazer com que ele nasça no dia de Natal. Para tal, deve-se colocar os ovos em choco no dia 4 de dezembro, pois o tempo de incubação desse galináceo é de 21 dias.

11.7 – A data natalina é uma das que apresentam o maior número de noivados.

O envio de cartões de natal, ou cartões de festas, costume universal é também muito praticado no Rio Grande do Sul.

XII – O FOLCLORE DOS DIAS DA SEMANA

12.1 – *SEGUNDA-FEIRA* – Dia da preguiça.

TERÇA-FEIRA – As tecedeiras do litoral gaúcho dizem *que não se deve urdir nesse dia*, porque

- “enreda a teia”;
- “é dia que só a aranha urde”;

Há, mesmo, um velho ditado que diz: às terças-feiras não cases tua filha, nem urdes tua teia.

QUARTA-FEIRA – Dia de namorar.

SEXTA-FEIRA – Dia de *lobisome*.

SÁBADO – No litoral gaúcho é crença generalizada de que não se deve fiar neste dia, porque

- é dia de Nossa Senhora;

- enreda os cabelos de Nossa Senhora;
- *não presta* lidar (trabalhar) com fios, pois foi com cordas que maltrataram o filho de Nossa Senhora;
- Nossa Senhora, quando lidava, não fiava nesse dia.

12.2 – A respeito dos dias da semana é muito popular a seguinte quadrinha:

“Não há *sábado* sem sol,
Nem noiva sem lençol;
Domingo sem missa
E *segunda* sem preguiça.”

XIII – OUTRAS FESTIVIDADES

13.1 – No Rio Grande do Sul, nos últimos tempos, vêm tomando grande incremento mais uma série de festividades de cunho nitidamente popular, que atraem grandes concentrações de povo, não só das localidades onde têm curso, como de turistas, quer nacionais, quer estrangeiros.

São festas de caráter religioso-profano, festas musicais e festas tradicionalistas.

13.2 – Tais eventos já fazem parte do Calendário Turístico do Rio Grande do Sul. Como sói acontecer, após a prática religiosa, têm lugar manifestações populares comuns em tais ocasiões, de grande interesse para os pesquisadores de folclore.

13.3 – FESTAS DE CARÁTER RELIGIOSO/PROFANO

Romaria da Medianeira, na cidade de Santa Maria, no segundo domingo de novembro.

Romaria de Nossa Senhora do Caravaggio, na localidade deste nome, no município de Farroupilha. Efetiva-se no mês de maio. Em seu belíssimo e monumental templo encontra-se grande quantidade de “ex-votos”.

Romaria de Fátima, nas cidades de Cruz Alta e Rio Grande, no mês de outubro.

Festa de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas. Grandes procissões motorizadas se fazem sempre presentes. É efetivada no mês de julho.

Maçambique de Osório (Moçambique). No mês de janeiro são coroados, na Igreja Matriz, os Reis do Congo. É uma reconstituição, no Rio Grande do Sul, dos atos de coroação desses monarcas africanos. Em nossos dias, a rainha Ginga (uma negra com mais de cem anos de idade) ostenta galhardamente o cetro do congo em terras gaúchas.

Este auto é também conhecido como as Congadas de Osório.

13.4 – FESTAS DE CARÁTER MUSICAL

Anualmente efetivam-se os seguintes torneios musicais, já como atração nacional e internacional:

Califórnia da Canção Nativa, na cidade de Uruguaiana, no mês de dezembro.

Ciranda musical teuto-rio-grandense, na cidade de Taquara, em setembro.

Vindima da Canção Popular, no município de Flores da Cunha, no mês de julho.

13.5 – FESTAS TRADICIONALISTAS

Rodeio Internacional de Vacaria, realizado bienalmente no mês de janeiro.

Semana Crioula de Bagé, anual, no município de Bagé.

Rodeios Crioulos, anuais em Viamão, Cachoeira do Sul, Lageado e outros municípios.

Festa do Pinhão, em São Francisco de Paula, no mês de julho.

13.6 – DIA DE SÃO NUNCA

Válido para todo o ano.

São Nunca é um santo do hagiológico dos caloteiros. Estes costumam marcar o pagamento das suas dívidas para o *dia-de-São-Nunca*.

Como o Santo inexistente, o pagamento procrastina-se para as calendas gregas, para satisfação de uns e desespero de outros.

Variante do dia de São Nunca é o Dia 30 de fevereiro, também indicado como data para os caloteiros pagarem suas dívidas.

Como fevereiro tem só vinte e oito dias (vinte e nove nos anos bissextos) o resultado é idêntico ao Dia de São Nunca.

Fontes de consulta

ANTIGUALHAS E REMINISCÊNCIAS. Antônio Alvares Pereira Coruja. Tip. Jornal do Comércio. 1881. Porto Alegre.

HISTÓRIA POPULAR DE PORTO ALEGRE. Achyles Porto Alegre. Tip. do Centro. Porto Alegre. 1940.

GUIA DO FOLCLORE GAÚCHO. Augusto Meyer. Ed. Aurora. Rio de Janeiro. 1951. Hemeroteca do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.

Rememorações e pesquisas de campo do autor.

Bibliografia produzida pelo Autor:

DE PRONTIDÃO – Flagrantes brigadianos. 1968. 22,8x16cm. Tip. Brigada Militar. Porto Alegre.

FRONTEIRA DO VAIVÉM – Poemas. 1969. 24x17cm. Ofs. Imprensa Oficial. Porto Alegre.

A VIDA HUMANA E ANIMAL NOS CONTOS GAUCHESCOS DE SIMÕES LOPES NETO – Ensaio. 1969. 23x16cm. Sep. nº 13 de “Organon” UFRGS. Porto Alegre.

RODEIO DOS RODEIOS – Poema. 1970. 23x16cm. Imprensa Oficial. Porto Alegre.

CRÔNICA DA BRIGADA MILITAR GAÚCHA – 1972. 24x17cm. Ofs. Imprensa Oficial. Porto Alegre.

IDADE DO COURO NO CONTINENTE D’EL REY – Síntese histórica. 1973. 22,5x15,5cm. Centro Regional de Pesquisas. MEC. Porto Alegre. Prêmio Ilha de Laytano. 1974.

TROPEL DA LIBERDADE – Síntese da Revolução Farroupilha. 1973. 24x16cm. COMTUR-EPATUR. Porto Alegre.

DECÊNIO HERÓICO – Principais eventos Rev. Farrapa. 1974. 23x16cm. Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

HISTÓRIA DO TRADICIONALISMO SUL-RIO-GRANDENSE – 1976. 22,5x16cm. nº1 Cadernos Gaúchos. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre.

PANDORGUEANDO – Monografia a respeito da pandorga. 1977. 22,5x16cm. Cadernos Gaúchos nº 3. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre.

Colaborações esparsas em jornais e revistas.